

RESUMO EXECUTIVO

Sobre o Monitor de Minas Terrestres

Introdução

Proibição de Minas Antipessoal

Universalização

Ratificação/Entrada para a Força

Utilização Global de Minas Antipessoal

Produção Global de Minas Antipessoal

Comércio Global de Minas Antipessoal

Armazenamento Global de Minas Antipessoal

Assuntos de Interesse Especial

Minas Anticarro com Dispositivos Para Dificultar o Desarmadilhamento

Medidas de Implementação Nacionais

Operações Conjuntas

Armazenamento e Tráfico de Minas Antipessoal Estrangeiras

Minas Para Fins de Treino

Acção Humanitária Relativa a Minas

O MBT e a Acção Relativa a Minas

O Assunto dos Números

Os Números e o Impacto Verdadeiro

HMA: Características e Princípios

Comercial e Limpeza Humanitária de Minas

Fundos para Acção Humanitária Relativa a Minas

Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento, Fundos

Desafios Para a Acção Humanitária Relativa a Minas

Sensibilização Quanto às Minas

Assistência para Sobreviventes das Minas

O MBT e Assistência a Vítimas

Recolha de Dados

Necessidades e Assistência

Atendimento das Necessidades dos Sobreviventes

Fundos Para a Acção Relativa a Minas

Análises Regionais

África

América do Norte e do Sul

Pacífico Asiático

Europa/Ásia Central
Médio Oriente/África do Norte
Apêndice: Convenção

ACERCA DO LANDMINE MONITOR

O Landmine Monitor é uma iniciativa sem precedentes da Campanha Internacional Para a Proibição de Minas Terrestres (International Campaign to Ban Landmines, ICBL) para fiscalizar a implementação de, e a conformidade com, o Tratado de Proibição de Minas de 1997, e mais geralmente para aferir os esforços da comunidade internacional na resolução da crise das minas terrestres. Esta é a primeira vez que as organizações não-governamentais se reúnem de forma coordenada, sistemática e contínua para vigiar uma lei humanitária ou tratado de desarmamento, e para documentar problemas e progressos com regularidade.

Os elementos principais do Sistema Landmine Monitor são uma rede global de informação, um banco central de dados e um relatório anual. O *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 1999: Rumo a um Mundo sem Minas (Landmine Monitor Report 1999: Toward a Mine-Free World)* é o primeiro destes relatórios. Este é um resumo executivo do relatório completo de 1.100 páginas, o qual contém informações sobre todos os países do mundo a respeito da política de proibição, utilização, produção, transferência e armazenamento de minas, sobre a limpeza de minas, sensibilização acerca das mesmas e assistência a sobreviventes. O Relatório do Monitor de Minas Terrestres 1999 também contém apêndices com relatórios dos principais intervenientes no movimento da proibição de minas terrestres, tais como os governos principais, agências da ONU e o ICRC.

Na preparação deste relatório, o Monitor de Minas Terrestres teve mais de 80 pesquisadores a acumular informação em mais de 100 países. Baseia-se sobretudo na pesquisa local, recolhida por pesquisadores locais. O Monitor de Minas Terrestres utilizou a rede de campanhas do ICBL, mas também se valeu de outros elementos da sociedade civil na vigilância e elaboração do relatório, incluindo jornalistas, académicos e institutos de pesquisa.

Deve notar-se que o Monitor de Minas Terrestres não é um sistema de verificação técnica ou um regime formal de inspeção. É um esforço da parte da sociedade civil para fazer cumprir aos governos as suas obrigações a respeito de minas antipessoal. Isto é feito através da recolha análise e distribuição exaustivas de informações do domínio público.

O Monitor de Minas Terrestres foi concebido como complemento à elaboração de relatórios da parte dos partidos estatuais, de acordo com o Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas. Foi criado no espírito do Artigo 7 e reflecte a opinião colectiva de que a transparência e a cooperação são elementos essenciais para a eliminação bem sucedida de minas antipessoal. Mas é também uma forma de reconhecer que existe uma necessidade de uma elaboração de relatórios e avaliação independentes.

O Landmine Monitor e o seu relatório anual visam a promoção e facilitação de debates sobre assuntos relativos a minas, e buscar esclarecimentos no rumo a um mundo livre de minas. O Landmine Monitor trabalha de boa-fé para fornecer informações verídicas sobre os assuntos do seu foro, de forma a beneficiar a comunidade internacional na sua totalidade. Esforça-se por que a sua análise seja crítica enquanto construtiva.

Em Junho de 1998 em Oslo, na Noruega, o ICBL chegou a um acordo informal de criar o Landmine Monitor como uma iniciativa ICBL. Estabeleceu-se um Grupo Central para desenvolver e coordenar o sistema do Landmine Monitor, e para produzir o seu primeiro relatório.

O Grupo central é composto pela Human Rights Watch, pela Handicap International, pela Kenya Coalition Against Landmines, pela Mines Action Canada, e pela Norwegian People's Aid.

A responsabilidade global por, e as decisões sobre, o sistema do Landmine Monitor, pertence ao Grupo Central.

O conteúdo e o plano de trabalhos para o primeiro relatório anual foram acordados numa reunião em Setembro de 1998, em Dublin, na Irlanda. Foram atribuídas bolsas de pesquisa em finais de Outubro, e produziram-se relatórios finais de países a 1 de Março de 1999. Em Março, uma pequena equipe da Human Rights Watch editou e compôs todo o relatório. O relatório foi imprimido em Abril e distribuído na Primeira Reunião dos Partidos Estatuais do Tratado de Proibição de Minas de 1997 em Maputo, Moçambique, em princípios de Maio de 1999.

O primeiro relatório anual do Landmine Monitor tentou estabelecer uma linha de base de informações a partir da qual se pode medir o progresso no combate à crise das minas terrestres. Debatemo-nos com uma quantidade de sérios obstáculos na produção do relatório inicial, dos quais os principais foram factores de tempo. Lamentamos sobretudo que os prazos extremamente curtos não nos permitiram uma síntese e análise completas da quantidade de informações recolhidas. Isto será uma tarefa contínua para o Landmine Monitor.

O Landmine Monitor reconhece que este relatório ambicioso tem as suas limitações. Deve ser visto como um trabalho infindo, um sistema sujeito a actualização, correcção e melhora constantes. Solicitamos comentários, esclarecimentos e correcções da parte de governos e outros, num espírito de diálogo e na busca de informações precisas e fidedignas sobre um assunto difícil.

INTRODUÇÃO

A assinatura da Convenção de Proibição de Utilização, Armazenamento, Produção e Transferência das Minas Antipessoal, e da Sua Destruição¹ foi descrito pelo secretário Geral da ONU, Kofi Annan, como “um passo decisivo na história do desarmamento” e “uma vitória histórica para os fracos e vulneráveis do mundo.”²

Desenvolvido e negociado no espaço de um ano apenas, assinado por 122 países em Otava, no Canadá em Dezembro de 1997, foi considerado um feito notável por quase todos os observadores. Mas foram aqueles que estavam mais intimamente envolvidos, dentro e fora dos governos, que rapidamente indicaram que o trabalho havia meramente começado - faltava efectuar tarefas gigantescas, entre elas a rápida ratificação pelos estados, para assegurar uma entrada em vigor veloz (como convém a uma crise global), e universalização do tratado (com a inclusão de estados hesitantes), bem como a tarefa mais assustadora de destruir as dezenas de milhões de minas enterradas, e o fornecimento de apoio adequado aos sobreviventes das minas e às comunidades por elas afectadas. Mais de um ano depois, é evidente que se estão a fazer grandes progressos. O mundo está a abarcar a nova norma internacional emergente, contra a mina antipessoal (MAP).

¹O ICBL costuma utilizar o título encurtado, Tratado de Proibição de Minas, apesar de outros títulos encurtados serem também frequentemente usados, como Convenção de Otava e Tratado de Otava.

²Secretário Geral da ONU Kofi Annan, Discurso da Cerimónia de Assinatura da Convenção das Minas Antipessoal, Otava, Canadá, 3 de Dezembro de 1997.

PROIBIÇÃO DE MINAS ANTIPESSOAL

Universalização

Cento e trinta e cinco países assinaram, ou acederam a, o Tratado de Proibição de Minas a 31 de Março de 1999, incluindo 13 desde a conferência de assinatura de Otava, a 3-4 de Dezembro de 1997. Estes 13 são: a Zâmbia, o Belize, São Tomé e Príncipe, o Bangladesh, o Chad, a Serra Leoa, a Jordânia, a Albânia, a Macedónia (que acedeu), a Guiné Equatorial (que acedeu), as Maldivas, a Ucrânia e a Lituânia. Tendo em conta a quantidade de tempo que o assunto esteve na mira da comunidade internacional, o número de signatários é excepcional. O Bangladesh foi o primeiro país a assinar, a Jordânia o terceiro país do Médio Oriente e a Ucrânia foi o segundo país da antiga república soviética. A Ucrânia possui o quinto maior depósito de minas antipessoal do mundo.

Todos os países do Hemisfério Ocidental assinaram, com excepção dos EUA e Cuba, bem como todos os membros da União Europeia excepto a Finlândia, e todos os membros da NATO excepto os EUA e a Turquia, 40 dos 48 países da África, e nações principais da Ásia tais como o Japão, a Tailândia e a Indonésia. Estados muito afectados por minas assinaram também, incluindo o Camboja, Moçambique, Angola, o Sudão, a Etiópia, a Bósnia e a Croácia. Assinaram já também importantes produtores e exportadores antigos, incluindo a Bélgica, a Bósnia, a Bulgária a República Checa, a França, a Hungria, a Itália e o Reino Unido.

Porém, alguns cinquenta países ainda não assinaram o tratado. Entre elas contam-se três dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU - os Estados Unidos, a Rússia e a China. Contam-se também a maior parte do Médio Oriente, a maioria das antigas repúblicas soviéticas e muitos países asiáticos. Principais produtores, tais como os EUA, a Rússia, a China, a Índia e o Paquistão não fazem parte do tratado. O Afeganistão, a Somália, o Iraque e a Eritreia são os países mais afectados pelas minas que ainda não assinaram. No entanto, para os primeiros dois não existe um governo internacionalmente reconhecido com capacidade para assinar.

Porém, quase todos os não-signatários deram o seu apoio ao conceito de uma proibição total das minas antipessoal a uma dada altura no futuro, e muitas já apoiaram o Tratado de Proibição de Minas, pelo menos em parte. Os Estados Unidos reverteram a sua política e anunciou, em Maio de 1998, que assinariam o tratado - mas apenas em 2006, e apenas se for bem sucedido nas suas tentativas de desenvolver alternativas às MAP. A Rússia afirmou a sua "vontade de aceder a este instrumento num futuro próximo." A China disse, em 1998, que apoia "o objectivo final da proibição total" de minas antipessoal. De forma semelhante, a Índia disse, em 1998, que "continua dedicada ao objectivo do levantamento eventual de minas terrestres."

Ratificação³ / Entrada em Vigor

A 31 de Março de 1999, setenta e um países haviam ratificado o Tratado de Proibição de Minas - mais de metade dos signatários. O Artigo 17 declara que o tratado entrará em vigor no primeiro dia do sexto mês após o depósito oficial do 40º instrumento de ratificação. Burquina Faso foi o número quarenta a 16 de Setembro de 1998, marcando a data de entrada em vigor para 1 de Março de 1999. Crê-se que esta tenha sido a mais rápida entrada em vigor de sempre para um qualquer tratado principal.

O ritmo excepcional de ratificação tem-se devido em grande parte à Campanha dos Primeiros Quarenta do ICBL, e a esforços vinculados da parte da Comitativa Internacional da Cruz Vermelha (CICV), da UNICEF e de governos como os do Canadá e da Noruega.

³Neste relatório, o termo ratificação é utilizado como forma encurtada de "consentimento de obrigação". O Tratado permite aos governos darem consentimento de obrigação numa diversidade de maneiras, entre elas ratificação, aceitação, aprovação e acedimento - todas as quais concedem um estatuto legal mais forte que a assinatura.

Regionalmente, 17 dos 40 signatários de África ratificaram; 19 dos 33 das Américas; 8 dos 18 do Pacífico Asiático; 24 dos 39 na Europa/Ásia Central; e 3 dos 5 do Médio Oriente/África do Norte.

As declarações e acções da parte de vários países signatários fizeram surgir a possibilidade destes países não estarem dispostos a ratificar o tratado num futuro próximo. Entre eles contam-se: Angola, Guiné-Bissau, Ruanda, Sudão; Colômbia; Bangladesh; Brunei; Grécia, Lituânia e Polónia.

O Tratado de Proibição de Minas é agora uma lei internacional. Para os primeiros quarenta países que ratificaram, são agora obrigados a informar o Secretário Geral sobre as suas medidas de implementação até 27 de Agosto de 1999 (Artigo 7), a destruir as suas minas armazenadas até 1 de Março de 2003 (Artigo 4), e a destruir minas enterradas em territórios sob a sua jurisdição e controlo até 1 de Março de 2009 (Artigo 5).

Para os países que não foram dos primeiros quarenta ratificadores, o tratado entra em vigor no primeiro dia do sexto mês após o dia em que o Estado tenha depositado o seu instrumento de ratificação. Esse Estado é em seguida obrigado a fazer o seu relatório de implementação dentro de 180 dias, a destruir minas armazenadas dentro de 4 anos, e destruir minas enterradas dentro de dez anos.

Utilização Global de Minas Antipessoal

Artigo 1. Obrigações Gerais. 1. Cada Estado compromete-se a nunca, sob quaisquer circunstâncias: (a) Utilizar minas antipessoal;... (c) Apoiar, promover ou induzir, de forma alguma, alguém a levar a cabo actividades proibidas a um Estado sob esta Convenção.

A descoberta mais perturbadora deste primeiro Relatório do Landmine Monitor é que pelo menos três signatários, Angola, Guiné-Bissau e Senegal, utilizaram aparentemente minas antipessoal em 1998, após assinarem o tratado.

A actual crise global de minas terrestres deve-se em grande parte a um aumento enorme no número de minas enterradas nos anos setenta, oitenta e no princípio da década de noventa. Peritos governamentais dos EUA em 1993 calcularam que mais de 65 milhões de minas antipessoal foram colocadas nos 15 anos anteriores, em média de mais de 4 milhões por ano.⁴ Em meados dos anos noventa as Nações Unidas e o governo dos EUA calcularam que se estavam a enterrar cerca de 2,5 milhões de minas anualmente, enquanto que se estavam a remover apenas cerca de 80.000 por ano através da limpeza de minas.⁵ Poucos discutiam o conceito de se estar a enterrar um maior número de minas que as que se estavam a remover.

Hoje em dia este conceito já não é verídico. No seu relatório *Hidden Killers*, de 1998, o Departamento Estatal dos EU disse “as minas terrestres já não estão a ser enterradas a uma taxa tão alta como a que se calculou em 1994, e seguramente que esta é menor que 2,5 milhões por ano.

Segundo a maioria dos cálculos periciais, está a ser removido um maior número de minas terrestres que o de minas a serem enterradas.”⁶ Os EU não forneceram estimativas dos números enterrados

⁴U.S. Army Foreign Science and Technology Center (Centro Militar dos EUA de Ciência e Tecnologia Estrangeiras), carta à Human Rights Watch, 1 de Novembro de 1993 (assessing global production and trade of antipersonnel mines), p.1.

⁵Departamento Estatal dos EU, *Hidden Killers*, Dezembro de 1994, p.1. Os delegados da ONU indicaram desde então que o número de minas enterradas era uma estimativa, e baseado em enterramento de minas de grande escala nos conflitos da antiga Jugoslávia, na altura.

⁶Departamento Estatal dos EU, *Hidden Killers*, Dezembro de 1994, p.v.

ou removidos, mas parece que mudámos a corrente da batalha contra as minas, e que é possível resolver o problema das minas AP num espaço de anos, em vez de décadas.

De acordo com os relatórios dos países deste Relatório do Landmine Monitor, não se estavam a enterrar minas em 1998 e início de 1999, em grande escala e em regime contínuo, em *nenhuma* parte do mundo. Calcula-se que isto seja, em grande parte, devido ao movimento global para proibir a arma, e para a estigmatização da sua utilização. Não é uma consequência do decréscimo da guerra a nível mundial, nem do desenvolvimento de um novo sistema de armas para substituir a MAP nos arsenais dos governos ou das tropas guerrilheiras.

Parece, no entanto, seguro que pelo menos três signatários do tratado, Angola, Guiné-Bissau e Senegal, tenham utilizado minas antipessoal em 1998, após assinarem o tratado. A Angola continua a utilizá-las hoje. Enquanto que o ICBL condena toda e qualquer utilização de minas AP, estamos particularmente alarmados pela falta de conformidade destes países com os seus compromissos internacionais. Apesar de Angola e a Guiné-Bissau não terem ratificado o tratado, e de que este ainda não tinha entrado em vigor no Senegal,⁷ a utilização de minas da parte de um signatário pode ser considerada uma violação das suas obrigações internacionais. De acordo com o artigo 18 da Convenção de Viena sobre a Lei de Tratados, “um estado é obrigado a abster-se a actos que inutilizariam o objectivo de um tratado quando... tenha assinado o tratado.” É evidente que a utilização recente de minas inutiliza o objectivo do tratado. Durante o complicado conflito na República Democrática do Congo, tem havido alegações de outros signatários e ratificadores utilizarem minas desde Dezembro de 1997, mas nenhum foi confirmado, e todos foram negados pelos governos em questão: da Ruanda, do Uganda e do Zimbabué. Embora o Landmine Monitor ainda esteja a recolher e aferir informações, parece provável que, durante o período entre Dezembro de 1997 e Março de 1999, houve nova utilização de minas antipessoal, nos seguintes:

África

Angola: governo e rebeldes

Djibuti: rebeldes

Guiné-Bissau: governo, rebeldes, tropas senegalesas

Somália: diversas facções

Uganda: rebeldes

Américas

Colômbia: diversos grupos de rebeldes

Pacífico Asiático

Afeganistão: forças da oposição

Birmânia: governo e diversos grupos de rebeldes

Sri Lanka: governo e rebeldes

Europa/Ásia Central

Geórgia: partidários (em Abkhazia)

Turquia: governo e rebeldes

RF Jugoslávia: governo e rebeldes

⁷O Senegal ratificou em 24 de Setembro, no meio do conflito com a Guiné-Bissau, onde estava a enterrar minas. O tratado entrou em vigor para o Senegal a 1 de Março de 1999, após início de um cessar fogo.

Médio Oriente/África do Norte

Líbano: Israel e agentes não-estatais no Líbano do sul ocupado

Tem igualmente havido alegações frequentes de novas utilizações de minas, ao longo deste período, nos seguintes: (1) República Democrática do Congo, pelo governo, rebeldes e tropas estrangeiras (Angola, Ruanda, Uganda, Zimbabué); (2) Eritreia, por tropas do governo; (3) Sudão, pelo governo e rebeldes; (4) Afeganistão por Taliban; (5) Camboja, particularmente pelas forças da oposição; (6) Geórgia, pelos partidários de Abkhazia; e (7) Tajiquistão por rebeldes.

Produção Global de Minas Antipessoal

Artigo 1. Obrigações Gerais. 1. Cada Estado compromete-se a nunca, sob quaisquer circunstâncias: (b) Desenvolver, produzir, ou de outra forma adquirir minas antipessoal; (c) Apoiar, promover ou induzir, de forma alguma, alguém a levar a cabo qualquer actividade proibida a um Estado sob esta Convenção.

As pesquisas do Landmine Monitor não trouxeram à luz quaisquer provas de produção nova de minas antipessoal da parte de signatários do tratado. Os signatários do tratado Albânia e Colômbia foram pela primeira vez identificados como produtores, mas ambos pararam já o fabrico de MAP.

Em 1993 a Human Rights Watch declarou que segundo os cálculos governamentais dos EU, a produção global de minas AP alcançava um mínimo de 190 milhões de minas antipessoal, ao longo do período de vinte e cinco anos de 1968 a 1993, com a média a decrescer até 5 milhões por ano, de 1988 a 1993.⁸ Apesar de ser impossível fazer uma estimativa sequer do número de minas produzidas num determinado ano, parece seguro que nos últimos anos a produção global não se tenha sequer aproximado dos 5 milhões de MAP por ano.

O número de produtores de MAP caiu dramaticamente, de 54 para 16. Entre os 38 que pararam de produzir conta-se uma maioria dos grandes produtores dos anos 70, 80 e princípios de 90 - aqueles que detêm grande parte da responsabilidade pelas dezenas de milhões de minas que actualmente se encontram enterradas. Oito dos doze maiores produtores e exportadores dos últimos trinta anos assinaram o tratado, e pararam de produzir.:

a Bélgica, a Bósnia, a Bulgária, a República Checa, a França, a Hungria, a Itália e o Reino Unido.⁹ Entre outros produtores importantes que já pararam contam-se a Alemanha, a Croácia, o Chile e o Brasil.

Dois não-signatários pararam a produção: Israel (em 1997, ao que parece) e Finlândia (em 1981). Dos 36 antigos produtores que assinaram o Tratado de Proibição de minas, 17 não tinham quaisquer restrições de produção, nem mesmo em termos de declarações políticas, antes de assinarem o tratado.

Dos 16 que ainda são produtores, 8 são na Ásia (Birmânia, China, Índia, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Paquistão, Singapura e Vietname), três são na Europa (Rússia, Turquia e RF Jugoslávia), três

⁸Carta do U.S. Army Foreign Science and Technology Center (Centro Militar dos EUA de Ciência e Tecnologia Estrangeiras) à Human Rights Watch, 1 de Novembro de 1993. O FSTC vinculou que as estimativas eram pouco precisas, mas que se cria serem modestas.

⁹Com base nos resultados de pesquisa do Landmine Monitor, e em informações fornecidas pelo U.S. Army Foreign Science and Technology Center (Centro Militar dos EUA de Ciência e Tecnologia Estrangeiras), em carta à Human Rights Watch de 1 de Novembro de 1993.

são no Médio Oriente (Egipto, Irão, Iraque), dois são nas Américas) (Cuba, EU), e nenhuns são em África.

Há vários anos que muitos dos 16 produtores não fabricam de facto minas AP. Ainda se consideram produtores porque se recusaram a instituir moratórias ou fazer declarações formais contra a produção. Os EU, por exemplo, não produzem há dois anos, e pensa-se que Singapura não produza há vários anos.

Igualmente digno de notar é o facto da Rússia ter banido, em 1998, a produção de minas “blast” - a mina mais comum que explode por pressão. Esta inclui a mina PMN que, juntamente com a Tipo 72 chinesa, é a mina mais vulgar em todo o mundo. Os EU pararam a produção de todas as chamadas minas mudas. Como resultado das novas restrições no Protocolo II da Convenção sobre Armas Convencionais (CAC), a produção de minas não-detectáveis por estados pertencentes à CAC está a terminar, e isso incluiria a Tipo 72, pela China.

Segundo as informações fornecidas pelos pesquisadores do Landmine Monitor, nenhuma das antigas repúblicas soviéticas, excepto a Rússia, produzem minas antipessoal. Foi declarado que a Ucrânia e a Bielorrússia, e talvez outras, herdaram e utilizaram os recursos de produção de minas AP da União Soviética, mas todas elas negam qualquer nova produção desde que se tornaram independentes.

Apesar da produção ter terminado em diversos países, os pesquisadores da Landmine Monitor encontraram poucas provas de que os países estão envolvidos em “programas para a conversão ou desactivação dos recursos de produção de minas antipessoal,” de acordo com o solicitado pelo Tratado de Proibição de Minas.

PRODUTORES DE MINAS ANTIPESSOAL

Birmânia	Iraque	Turquia
China	Coreia do Norte	Estados Unidos
Cuba	Coreia do Sul	Vietname
Egipto	Paquistão	RF Jugoslávia
Índia	Rússia	
Irão	Singapura	

TOTAL: 16 produtores

ANTIGOS PRODUTORES DE MINAS ANTIPESSOAL

Albânia	França	Portugal
Argentina	Alemanha	Roménia
Áustria	Grécia	África do Sul
Bélgica	Hungria	Espanha
Bósnia	Israel (não-signatária do tratado)	Suécia
Brasil		Suíça
Bulgária	Itália	Taiwan (não-signatário do tratado)
Canadá	Japão	
Chile	Holanda	Tailândia
Colômbia	Nicarágua	Uganda
Croácia	Noruega	Reino Unido
República Checa	Peru	Zimbabué
	Filipinas	
Dinamarca	Polónia	
Finlândia (não-signatária do tratado)		

TOTAL: 38 antigos produtores

Outros que foram identificados como produtores pelo governo dos EU e outros, mas que negam produção actual ou passada: Bielorrússia, Chipre, Namíbia, Ucrânia, Venezuela.

Comércio Global de Minas Antipessoal

Artigo 1. Obrigações Gerais. 1. Cada Estado compromete-se a nunca, sob quaisquer circunstâncias: (b) De outra forma adquirir, ou transferir a outrem, directa ou indirectamente, minas antipessoal; (c) Apoiar, promover ou induzir, de forma alguma, alguém a levar a cabo qualquer actividade proibida a um Estado sob esta Convenção.

Artigo 3. Excepções. 1. Não obstante as obrigações gerais do Artigo 1, a retenção ou transferência de uma quantidade de minas antipessoal para o desenvolvimento de, e a formação em, detecção de minas, limpeza de minas ou técnicas de destruição de minas, são permitidas...

2. A transferência de minas antipessoal para efeitos de destruição é permitida.

A pesquisa da Landmine Monitor não encontrou provas importações ou exportações de minas antipessoal da parte de signatários do tratado, apesar de certas alegações terem sido feitas.

Quando a atenção do mundo se começou a voltar a sério para a crise das minas terrestres, a exportação de minas foi prontamente identificada como sendo um dos problemas fundamentais que contribuíam para a crise.. Salvo raras excepções (principalmente a antiga Jugoslávia), os países mais afectados por minas antipessoal não eram, eles próprios produtores das mesmas. Todas as minas eram provenientes do exterior. Este era o caso do Camboja, Afeganistão, Moçambique, Angola, e outros. Apesar de, nalguns dos casos, o problema não ser tanto a exportação e importação das minas como a utilização das mesmas da parte de tropas estrangeiras, a comunidade internacional concordou rapidamente com o conceito de que o cessar de exportação de minas seria um passo importante no combate à crise das minas terrestres.

Assim, os primeiros passos significativos no rumo à proibição das minas, tanto ao nível nacional como internacional, lidaram com a exportação, em particular com a moratória de exportação em 1992 (em breve seguido pela França, e por outros), e a chamada da ONU para moratórias de exportação formais (Resolução da AGONU 48/75 K de 16 de Dezembro de 1993).

Com base nos dados recolhidos para o Landmine Monitor, há 34 países que exportaram minas terrestres antipessoal no passado. Hoje, todos eles, com excepção do Iraque, fizeram pelo menos uma declaração formal dizendo que já não o fazem. Vinte e dois assinaram o tratado, terminando assim a exportação (apesar de muitos deles terem restrições unilaterais em vigor antes de assinarem). Entre os não-signatários, um tem uma proibição de exportação (EUA), quatro têm uma moratória (Israel, Paquistão, Singapura e Rússia), e seis fizeram declarações dizendo que já não exportam (China, Cuba, Egipto, Irão, Vietname, RF Jugoslávia).¹⁰ É claro que existe a possibilidade que alguns destes países continuem a exportar MAP apesar das suas afirmações políticas públicas.

Os pesquisadores do Landmine Monitor não conseguiram identificar uma única remessa significativa de minas antipessoal de um país para outro, em 1998 e início de 1999. Isto não significa que nenhuma minas AP tenham sido transportadas; é muito difícil seguir o comércio de minas. Mas os resultados (ou falta dos mesmos) estão de acordo com as observações de especialistas militares, de que de facto não houve remessas importantes de MAP nos últimos 4 anos. Parece estar já implementada uma proibição prática. Parece já se ter instaurado uma regra contra o fornecimento de MAP. Já lá vão os tempos em que um país como a Itália exportava milhões de minas para o Iraque, no curto espaço de alguns anos.

¹⁰A moratória da Rússia e a política declaratória da China apenas se aplicam a minas não-detectáveis e com dispositivo de difícil desarmadilhamento, de acordo com as restrições da CAC. No entanto, pensa-se que nenhum dos países efectuou uma exportação significativa desde 1995.

Assim, quando os críticos dizem que o Tratado de Proibição de Minas não inclui os principais exportadores de minas, estão duplamente errados: *não existem* principais exportadores hoje em dia, e a maioria dos principais exportadores do passado assinaram já o tratado.

Em 1998, e novamente em 1999, alguns países estão atentos a entrar em acordo para começar negociações sobre uma proibição de transferência de minas antipessoal na Conferência do Desarmamento. Em 1998, o embaixador australiano John Campell foi nomeado Coordenador Especial para averiguar a possibilidade da CD adotar uma proibição de transferência de minas. Não conseguiu encontrar um consenso. Está a ser feita uma nova tentativa em 1999. Em fevereiro, 22 países fizeram um apelo conjunto para a CD nomear outro Coordenador Especial, “com vista a estabelecer cedo um uma Comitativa Ad Hoc” para negociar uma proibição de transferência de minas antipessoal.¹¹ Os 22 eram: Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Bulgária, Chile, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Japão, Polónia, Reino Unido, Roménia, Rússia, Turquia, Ucrânia, Venezuela. O ICBL expressou já a sua forte oposição face a estas negociações na CD, acreditando que o seu impacto potencialmente negativo exceda fortemente os potenciais benefícios. Acima de tudo, o ICBL afirmou já que uma proliferação de instrumentos legais internacionais sobre minas AP, sobretudo instrumentos limitados, vem obstruir o estabelecimento de uma regra internacional contra a posse ou utilização de minas AP. Existe um artigo sobre a opinião do ICBL acerca deste assunto.¹²

¹¹ Afirmação do embaixador búlgaro Petko Draganov na Conferência do Desarmamento, sem data mas em Fevereiro de 1999.

¹² ICBL, “Antipersonal Landmines and the Conference on Disarmament,” escrito por Stephen Goose, Human Rights Watch, presidente, ICBL Treaty Working Group, publicado em Genebra a 1 de Março de 1999.

ANTIGOS EXPORTADORES DE MINAS ANTIPESSOAL

O Landmine Monitor identificou 34 países que no passado exportaram minas antipessoal. Todos eles, com exceção do IRAQUE, cessaram as exportações, quer por terem assinado o Tratado de Proibição de Minas (22), por terem instituído uma proibição unilateral (1) ou uma moratória (4), ou por terem feito uma declaração de “não exportação” (6). É claro que é possível que alguns países continuem a exportar MAP apesar da sua política pública contra isso, mas o Landmine Monitor não tem conhecimento de quaisquer exportações significativas de minas antipessoal nos últimos anos.

Signatários do Tratado de Proibição de Minas

África do Sul	Brasil	Grécia	República Checa
Alemanha	Bulgária	Hungria	Roménia
Argentina	Canadá	Itália	Suécia
Áustria	Chile	Polónia	Zimbabué
Bélgica	Espanha	Portugal	
Bósnia	França	Reino Unido	

Nota: Muitos dos signatários do tratado já tinham proibições unilaterais de exportação ou moratórias.

Não-Signatários com Proibição de Exportação

Estados Unidos

Não-Signatários com Moratória de Exportação

Israel	Rússia (não-detectáveis, não-autodestruição apenas)
Paquistão	Singapura

Não-Signatários com Declaração de “Não-Exportação”

Irão	China
Vietname	Cuba
RF Jugoslávia	Egipto

Exportadores Conhecidos Sem Moratória de Exportação ou Declaração: Iraque

Produtores Conhecidos Sem Moratória de Exportação ou Declaração: Birmânia, Coreia do Norte, Iraque

Produtores (Antigos e Actuais) de Exportação Desconhecida: Albânia, Birmânia, Colômbia, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Filipinas, Finlândia, Holanda, Índia, Japão, Nicarágua, Noruega, Peru, Polónia, Suíça, Tailândia, Taiwan, Turquia, Uganda.

(Destes últimos, a Birmânia, a Finlândia, a Índia, o Iraque, a República Democrática Popular da Coreia, a República da Coreia, o Taiwan e a Turquia são não-signatários. A Finlândia, a Índia, a República da Coreia, o Taiwan e a Turquia têm moratórias completas de exportação).

Armazenamentos Globais de Minas Antipessoal

Artigo 1. Obrigações Gerais. 1. Cada Estado compromete-se a nunca, sob quaisquer circunstâncias: (b) adquirir, armazenar, reter minas antipessoal; (c) Apoiar, promover ou induzir, de forma alguma, alguém a levar a cabo qualquer actividade proibida a um Estado sob esta Convenção.

Artigo 4. Destruição de minas antipessoal armazenadas. Exceptuando o constante do Artigo 3, cada Estado compromete-se a destruir ou a garantir a destruição de todas as minas antipessoal armazenadas que detenha ou possua, ou que estejam sob a sua jurisdição ou controlo, o mais brevemente possível, mas não mais tarde que quatro anos após a entrada em vigor desta Convenção para esse Estado.

No decorrer do último ano, tem-se escrito bastante acerca dos cálculos exagerados e prematuros da quantidade global de minas enterradas. Ficou perdido nessa discussão um facto que surge agora da pesquisa do Landmine Monitor:

o cálculo vulgar da quantidade de minas antipessoal armazenadas pelos países (100 milhões) parece ser assustadoramente baixo.

O Landmine Monitor calcula que existem mais de 250 milhões de minas antipessoal armazenadas nos arsenais de 108 países. Estas minas têm de ser destruídas antes que haja oportunidade de serem enterradas. O ICBL apela para um esforço para eliminar armazenamentos de MAP, bem como das que estão já enterradas - *acção preventiva de minas*.

Os maiores armazenamentos são os da China (110 milhões), Rússia (60-70 milhões), Bielorrússia (desconhecido, mas provavelmente dezenas de milhões), EU (11 milhões), Ucrânia (10 milhões), Itália (7 milhões) e Índia (4-5 milhões). As investigações do Landmine Monitor indicam que os maiores armazenamentos actuais de signatários do tratado pertencem à Ucrânia, à Itália, à Suécia, à Albânia, ao Japão, ao Reino Unido, à França, à Espanha e à Grécia. A Itália, a Suécia, o Reino Unido, a França, a Espanha e a Ucrânia estão a destruir as suas minas. O Japão está no processo de planeamento. Que se saiba, a Albânia e a Grécia - nenhuma das quais ratificou o tratado - não têm quaisquer planos de destruição.

As investigações do Landmine Monitor demonstram que mais de 12 milhões de minas antipessoal foram destruídas nos últimos anos.

Doze signatários do tratado já terminaram a destruição do seu estoque: África do Sul, Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Luxemburgo, Namíbia, Noruega e Suíça. (Nota: muitos dos anteriores guardaram um pequeno número de minas para fins de treino, de acordo com o tratado.)

Outros dezoito signatários estão já no processo de destruição: Camboja, República Checa, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Hungria, Líbano, Itália, Mali, Moldova, Nicarágua, Portugal, Reino Unido, Suécia, Ucrânia, Uganda e Uruguai. Outros signatários e ratificadores estão no processo de planeamento.

Ademais, vários não-signatários destruíram recentemente quantidades significativas de minas AP. No caso quicá mais notável, os Estados Unidos destruíram 3,3 milhões de minas AP como parte do seu compromisso de parar de utilizar minas mudas exceptuando na Coreia. A Rússia destruiu 500.000 minas que não estavam em conformidade com os novos requisitos da CAC.

Parece que a esmagadora maioria de signatários do tratado que têm (ou tinham) armazenamentos de minas optam pela excepção abrangida pelo Artigo 3, o qual permite a retenção de minas para efeitos de treino. Embora muitos países não tenha ainda revelado o número de minas AP a ser

retido, parece que muitos desejam conservar entre 1.000 e 5.000. Vários desejam conservar mais: a Bélgica 6.240; a Eslovénia 7.000; a Itália 8.000; a Espanha 10.000; o Japão 15.000. No decorrer das negociações de Oslo, ficou no registo diplomático que a quantidade de minas conservadas para treinos deveria ser da ordem das centenas ou milhares, e não das dezenas de milhar.¹³ O ICBL tem questionado repetidamente a necessidade de minas activadas para fins de treino.

ARMAZENAMENTOS GLOBAIS DE MINAS ANTIPESSOAL

China	110 milhões (e)
Rússia	60-70 milhões (e)
Bielorússia	Milhões*
EU	11 milhões
Ucrânia	10 milhões (em destruição)
Itália	7 milhões (em destruição)
Índia	4-5 milhões (e)
Suécia	3 milhões (e) (em destruição)
Albânia	2 milhões (e)
Coreia do Sul	2 milhões (e)
Japão	1 milhão (em destruição)

(e): estimativa

*A Bielorússia admitiu ter “milhões” em armazenamento. No entanto, a sua estimativa de custos de destruição é de “dezenas de milhões,” o que provavelmente significa que existem dezenas de milhões de minas AP armazenadas.

O Landmine Monitor identificou 108 países com armazenamentos de minas antipessoal. Muitos estão na fase de destruição, tais como o Reino Unido (850.000), a França (650.000) e a Espanha (595.000). Outros que se pensa terem grandes armazenamentos, possivelmente maiores que alguns dos indicados acima, são o Iraque, o Irão, a RF Jugoslávia, o Paquistão, o Egipto, Israel, a Grécia, o Vietname, Angola e outros.

Estimativa Global Total: Mais de 250 milhões de Minas Antipessoal em Armazenamento.

¹³Ver a Declaração do ICBL no Plenário de Encerramento das Conferências Diplomáticas de Oslo, 18 de Setembro de 1997.

Assuntos Particularmente Prementes

Minas Anticarro com Dispositivos Para Dificultar o Desarmadilhamento

Durante as negociações de Oslo, o ICBL identificou como sendo “o ponto mais fraco do tratado” a frase no Artigo 2.1 definição de mina antipessoal, que isenta minas anticarro que possuam dispositivos para dificultar o desarmadilhamento: “minas concebidas para explodirem na presença, proximidade ou contacto com um veículo e não uma pessoa, equipadas com dispositivos para dificultar o desarmadilhamento, não são consideradas minas antipessoal por possuírem o dito dispositivo.”

Na altura, o ICCL declarou que “a Campanha acredita que a definição de mina antipessoal deveria basear-se no seu efeito, e não no seu design... uma mina com um dispositivo para dificultar o desarmadilhamento funciona como uma mina antipessoal; vai ser extremamente perigosa para civis, e para desminadores humanitários. Em particular, as minas com dispositivos para dificultar o desarmadilhamento, entregues e disseminadas em locais isolados, serão um risco para os civis.”¹⁴

Embora desapontado que esta isenção não tivesse sido retirada, o ICBL ficou satisfeito por se ter alcançado um nível de entendimento diplomático a este respeito. No seu discurso de encerramento da conferência de Oslo, o ICBL disse, “A Campanha Internacional pensa ser importante vincular que, tanto no grupo de trabalho de definições como na Comitativa do Todo, os delegados fizeram bem claro ao registo diplomático que as minas anticarro equipadas com dispositivos para dificultar o desarmadilhamento, que explodem devido a um acto inocente e sem intenção, devem ser consideradas minas antipessoal, e por isso proibidas por este tratado.”¹⁵

O ICBL preocupa-se com o facto de não ter havido reconhecimento adequado deste entendimento diplomático, e que não tenha havido discussão das suas implicações práticas. Os Estados devem ser mais explícitos em relação ao tipo de minas e dispositivos para dificultar o desarmadilhamento, e de formas de emprego, que são permitidas e proibidas.

Para além das minas anticarro isoladas e enterradas à superfície, o ICBL preocupa-se em particular com as minas anticarro que utilizam espoletas basculantes, arames detonadores, arames de interrupção ou fusíveis sensíveis de influência magnética. Parece evidente que as minas anticarro que utilizem espoletas basculantes, arames detonadores e arames de interrupção podem explodir como consequência de um acto inocente da parte de um indivíduo, e devem por isso ser consideradas proibidas pelo tratado (O Canadá destruiu os fusíveis de espoleta basculante das suas minas anticarro M21). Parece também pelo menos algumas, senão todas, as minas anticarro com fusíveis de influência magnética podem ser explodidas através de um acto não intencional por um indivíduo. Os Estados devem lidar expressa e urgentemente com este assunto.

O ICBL também expressou alguma consternação acerca do facto do Tratado de Proibição de Minas não definir “minas anticarro”. No mínimo, os Estados devem entrar em acordo acerca da quantidade mínima de pressão necessária para fazer explodir uma mina anticarro activada por pressão.

Medidas de Implementação Nacionais

O Artigo 9 do Tratado de Proibição de Minas (“Medidas de Implementação Nacionais”) diz que “Cada Estado tomará todas as medidas legais, administrativas e outras, incluindo a imposição de sanções legais, para prevenir ou suprimir toda e qualquer actividade proibida” pelo tratado. Porém, relativamente poucos dos 71 governos que assinaram e ratificaram o tratado passaram leis

¹⁴ICBL, *Ban Treaty News*, 1 de Setembro de 1997, p.3.

¹⁵ICBL, Declaração do Plenário de Encerramento das Conferências Diplomáticas de Oslo, 18 de Setembro de 1997.

domésticas para a implementação do mesmo. Os 14 governos que possuem legislação de implementação são: a Alemanha, a Áustria, a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a França, a Guatemala, a Irlanda, a Itália, o Japão, a Nova Zelândia, a Noruega, o Reino Unido e a Suíça. Alguns governos afirmaram que não acreditam na necessidade de uma lei de implementação, porque nunca possuíram MAP e não são afectados por minas, e que por isso não é necessária qualquer atenção especial para cumprir os termos do tratado. O ICBL preocupa-se, no entanto, com a necessidade de todos os Estados passarem legislação que, no mínimo, impusesse sanções penais para quaisquer possíveis violações futuras do tratado.

Também se levantaram várias vezes questões sobre a compatibilidade de diversas leis de implementação com o próprio tratado. As mais notáveis foram talvez as medidas relativas a operações militares conjuntas com não-signatários do tratado, e interpretações da proibição de apoiar um acto proibido dum não-signatário, Artigo 1 do tratado.

Operações Conjuntas

Uma série de países, entre eles a Austrália, a Nova Zelândia e o Reino Unido, adoptaram medidas legislativas ou fizeram declarações formais relativas a participações possíveis das forças armadas em operações militares conjuntas com um não-signatário que possa utilizar minas antipessoal. Segundo foi notado pela Austrália e o Reino Unido, o provável não-signatário é os Estados Unidos. O ICBL está preocupado com o facto de estas medidas e declarações, enquanto que se pretende compreensivelmente que forneçam protecção legal a soldados que não tenham, directamente, violado o tratado, contariam o espírito de um tratado que visa a não posse de minas antipessoal, por contemplarem uma situação em que Estados do tratado lutam ao lado dum aliado que continua a utilizar minas antipessoal.

A Austrália submeteu uma “Declaração Nacional” com o seu instrumento de ratificação, dizendo “a participação da Força de Defesa da Austrália^{1/4} em tais operações, exercícios ou outras actividades militares levadas a cabo em combinação com as forças armadas de Estados que não fizeram parte da Convenção, que participam em actos proibidos pela Convenção, não constituiria por si só uma violação da Convenção.”

O Canadá acrescentou um “Entendimento” ao seu instrumento de ratificação, afirmando que “uma mera participação das Forças Canadianas^{1/4} em operações, exercícios ou outras actividades militares, conduzidas em combinação com as forças armadas de Estados que não fizeram parte da Convenção, que participam em actos proibidos pela Convenção, não constituiria por si só em apoio, promoção ou indução”, de acordo com o tratado.

A Lei Neozelandesa de Proibição de Minas Antipessoal permite a um membro das forças armadas “participar em operações, exercícios ou outras actividades militares com as forças armadas de um Estado que não faça parte da Convenção, que participam de actividades proibidas [pela Lei e Convenção] se essa participação não igualar apoio activo ao comportamento proibido.”

A Lei de Minas Terrestres do Reino Unido, Secção 5, fornece igualmente uma defesa àqueles que participarem de uma operação militar “parcial ou totalmente fora do Reino Unido” e “no decorrer da qual haja, ou possa haver, alguma utilização de minas antipessoal da parte de membros das forças armadas de um ou mais Estados que não façam parte da Convenção de Otava^{1/4}”

Em cada um destes casos, os agentes governamentais declararam que a sua intenção é fornecer protecções legais ao seu pessoal militar que participe em operações conjuntas com um não-signatário que possa utilizar MAP. O ICBL não duvida das motivações afirmadas destes países; não cremos que estas medidas e declarações tenham a intenção de enfraquecer as principais obrigações do tratado.

Existe, porém, uma grave preocupação acerca da compatibilidade destas medidas e declarações com a obrigação do Artigo 1 do tratado, para um Estado “nunca, sob circunstância alguma, apoiar, promover ou induzir, de forma alguma, alguém a levar a cabo qualquer actividade proibida a um Estado sob esta Convenção.” O ICBL está preocupado acerca destas provisões e declarações irem contra o espírito de um tratado que visa o fim de toda e qualquer posse e utilização de minas antipessoal. A adopção deste tipo de linguagem pode ser interpretada como uma aceitação de, e não um desafio a, a continuação da utilização de MAP pelos Estados Unidos, ou por outros não-signatários. O ICBL apela aos signatários do tratado para que insistam junto de todos os não-signatários do tratado para que não utilizem minas antipessoal em operações conjuntas.

“Apoio Activo”

Neste contexto, levanta-se a questão do significado de “apoio” no Artigo 1 do tratado. Uma quantidade de governos entenderam por isso apoio “activo” ou “directo” no próprio enterramento de minas, e não outro tipo de apoio em operações conjuntas, tais como o fornecimento de combustível, ou de segurança. Esta definição estreita de apoio preocupa o ICBL; de acordo com o espírito de um tratado que visa o levantamento total da arma, a interpretação de apoio deve ser o mais vasta possível.

O Armazenamento e Tráfico de MAP Estrangeiras

Os Estados Unidos têm minas antipessoal guardadas em pelo menos sete países que assinaram o Tratado de Proibição de Minas (Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, Japão, Noruega, Reino Unido). Os EU entraram em diálogos com estes países, num esforço para convencê-los que é permissível, sob o tratado, deixar as minas dos EU permanecer. O ICBL acredita que violaria certamente o espírito, senão a legislação, do tratado, se um Estado permitir aos EU (ou a qualquer governo ou entidade) armazenar minas antipessoal no seu território.

Assunto relacionado com este é o facto dos Estados Unidos terem debatido com uma quantidade de signatários do tratado a permissibilidade dos EU transitarem minas através do seu território. Emergiu um debate sobre se as proibições do tratado sobre a “transferencia” de MAP também se aplica ao “transito,” com muitos signatários do tratado a insistir que não se aplica. Isto significaria que os aviões, barcos ou veículos dos EU (ou outros) que transportassem minas poderiam atravessar (e presumivelmente partir de, abastecer-se de combustível, recarregar-se) um signatário do tratado a caminho do conflito onde essas minas se destinassem. O ICBL acredita que se um Estado permitir de boa vontade o tráfico de MAPO que se destinam a utilização em combate, esse governo está certamente a violar o espírito do Tratado de Proibição de Minas, estará muito provavelmente a violar a proibição do Artigo 1, ao apoio a um acto proibido pelo tratado, e possivelmente a violar a proibição de transferência do Artigo 1.

Minas Retidas para Efeitos de Treino

Durante as negociações de Oslo, os peritos técnicos do ICBL questionaram a necessidade da excepção do Artigo 3 que permite a retenção (e transferencia) de minas antipessoal “para o desenvolvimento e treino nas técnicas de detecção, limpeza e destruição de minas^{1/4}”. No seu discurso de encerramento da conferencia de Oslo, o ICBL comentou que “uma quantidade de governos também indicou para o registo diplomático que no Artigo 3, o ‘numero mínimo absolutamente necessário’ para minas de treino deveria ser da ordem dos centenas ou milhares, e não dezenas de milhares ou mais.” Parece que pelo menos alguns dos governos decidiram ficar com 10.000 minas ou mais, segundo o Artigo 3. O ICBL acredita que é importante não só haver transparência completa a este respeito, mas também continuar a sopesar a necessidade desta excepção, e a potencial necessidade de haver uma limitação numérica absoluta.

ACCAO HUMANITÁRIA RELATIVA ÀS MINAS

As organizações não governamentais e as Nações Unidas tem estado envolvidas na limpeza de minas desde o final dos anos oitenta, surgindo na última década como intervenientes principais no esforço para reduzir a ameaça que as minas terrestres representam a civis inocentes em todo o mundo. Isto leva agora a um novo conceito: *acção humanitária relativa a minas*, que é uma tática integrada de remover as minas do solo e de reduzir o impacto desastroso que elas tem sobre as comunidades afectadas. Ninguém sabe quantas minas ha no solo, e esse número não é muito relevante, apesar da atenção que é dedicada a esse assunto. O que é realmente importante é o numero de pessoas afectadas pela presença das minas, que aso obstáculos à reconstrução do pós-conflito e à recuperação socio-económica.

O Tratado de Proibição de Minas e a Acção Relativa às Minas

O Tratado de Proibição de Minas é mais que uma simples interdição de minas antipessoal. Ele obriga cada Estado a limpar todas as zonas minadas dentro da sua jurisdição ou controlo, num prazo de dez anos. Uma zona minada define-se por “uma zona perigosa devido à presença, ou à suspeita da presença, de minas.” Esta definição inclui zonas que *se suspeita* estejam minadas. Esta medida é importante porque a mera suspeita de que uma zona se encontra minada tem muitas vezes o mesmo efeito que se ela o estivesse de facto, tornando-a inútil. Conhecendo a probabilidade de não ser possível limpar as áreas mais afectadas neste prazo, o tratado contem uma alínea que diz que os estados podem solicitar uma prorrogação de ate dez anos, e renovações da mesma se tal for necessário.

O Artigo 6 sobre Cooperação e Apoio Internacionais afirma o direito de cada estado buscar e receber ajuda na medida do possível. Ele obriga os estados a partilhar e trocar informações, equipamento e tecnologia, e é exigido aos que para isso tiverem meios que forneçam apoio para a limpeza de minas, e para outros programas de acção relativa a minas.

Este artigo infere a responsabilidade da comunidade internacional de fornecer apoio económico e ajuda para programas de acção relativa a minas em países afectados que tiverem recursos limitados. Desta forma, a implementação do Artigo 6 será fundamental para o êxito do Tratado de Proibição de Minas, pois é através desse mecanismo que serão obtidos fundos para a acção relativa a minas.

Através do fornecimento de um quadro legal orientado para a acção e planificado, para a cooperação internacional na Acção relativa a Minas, o Tratado da proibição de minas representa um avanço revolucionário na batalha contra as minas antipessoal. Para além das muitas e óbvias dificuldades operacionais da remoção de minas do solo, a implementação do Tratado de Proibição de Minas é o maior desafio para a comunidade de acção relativa a minas nos próximos anos. Duma perspectiva de acção relativa a minas, a implementação e acompanhamento do Tratado representam uma oportunidade de controlar a crise de minas terrestres na próxima década, um passo fundamental em direcção ao objectivo de um mundo sem minas.

Simultaneamente, implícito a este desafio estão as forças opostas de fornecimento de apoio humanitário, enquanto apoiando também o Tratado. Quando os governos infringem as suas obrigações do Tratado, qual o impacto "moral, se não legal" tem essa infracção em relação ao Artigo 6? Será que a comunidade internacional fornece apoio de acção relativa a minas, sancionando efectivamente a violação do tratado, ou será que ela se abstém de fornecer apoio relativo ao Artigo 6 a infringidores do tratado, castigando dessa forma os civis? Obviamente que este é um dilema que a comunidade internacional tem de resolver.

A Questão dos Números

As minas terrestres são um problema global, mas a dimensão exacta do problema é difícil de medir. Ninguém sabe ao certo quantas minas estão no solo, nem quantas pessoas são por elas afectadas, e nem o tamanho das zonas que se podem considerar "infestadas de minas." Simultaneamente, tem-se laborado no erro de que existem dados concretos quanto à dimensão, impacto e tamanho do problema, a partir dos quais se pode desenvolver um esforço concertado e racional de desinfestação de minas. Infelizmente, tal não acontece.

Ao longo das últimas décadas, grandes quantidades de minas têm sido utilizadas em diversos conflitos, em grande parte do mundo. A maioria destas minas foram enterradas ao acaso, com pouca racionalidade, e foram muitas vezes utilizadas simplesmente para aterrorizar as populações locais. Nestas circunstâncias, as minas podem ser encontradas em todo o lado: em campos, áreas urbanas, pomares, em aldeias circundantes e em estradas. Ao contrário do que se costuma pensar, as minas são frequentemente enterradas aleatoriamente, os mapas de campos de minas muitas vezes não existem, ou são demasiado antigos ou cheios de erros, e os conhecimentos locais das localizações dos campos de minas são muitas vezes escassos.

Esta falta de conhecimentos resulta num debate acerca dos números de minas terrestres existentes no solo, com estimativas entre 60 milhões e 200 milhões de minas. Estes números em documentos oficiais governamentais e das Nações Unidas, foram uma primeira tentativa de tentar esboçar um problema com que muitos apenas haviam começado a lidar. Estes "factos" repetidos, e reimpressos, tornaram-se em "realidade", mas agora a comunidade internacional está a fazer um esforço concertado para reunir informações mais exactas e reconfigurar o problema.

Da perspectiva da acção respectiva a minas, o número real de minas existentes no solo não é tão importante como, por exemplo, o número de campos de minas e o tamanho e tipo de zonas afectadas, e o número de pessoas afectadas. Neste contexto, o debate sobre o número de minas existentes no solo não é particularmente importante para a tarefa actual de limpeza de minas. Simultaneamente, é necessária uma ideia geral do total para delinear o problema, e é assim útil debatê-la. O que é certo é que ninguém sabe ao certo o número de minas existente no solo, e essa própria incerteza é de facto parte do problema.

Um ponto de partida para qualquer análise do número de minas existentes no solo é o reconhecimento de que os números serão sempre meras estimativas. Com a expansão de programas de acção relativa a minas em zonas afectadas em todo o mundo, bem como métodos de pesquisa mais precisos, é provável que essas estimativas se tornem mais exactas com o passar do tempo. Até agora a melhor estimativa é a do relatório governamental de 1998 dos EU, *Hidden Killers*.¹⁶ Estudos de 12 países muito afectados, e informação actualizada, levaram a uma revisão da estimativa do número de minas no solo para cada um dos 12 países (estimativas tanto superiores como inferiores). Desse número, calculou-se uma percentagem para mostrar a diferença entre as estimativas da ONU e as de *Hidden Killers*. Esta fórmula dá-nos uma estimativa inferior de cerca de 59,7 milhões de minas, e uma estimativa superior de 69,4 milhões de minas no solo.¹⁷

Estas estimativas representam uma preocupante subestimação da contaminação global de minas terrestres, de 80-110 milhões para 60-70 milhões. Uma das razões disto é o maior conhecimento acerca da situação no campo, que conduz a números reduzidos. Por exemplo, a estimativa do número de minas no Kuwait depois da Guerra do Golfo foi de aproximadamente 7 milhões de minas.

¹⁶Departamento do Estado dos EU, *Hidden Killers: The Global Demining Crisis*, (Washington, D.C.: US Department of State Publication 190575, 1998); ver também a UN Landmine Database: www.un.org/Depts/Landmines/index.html.

¹⁷Esta percentagem foi obtida subtraindo, à vez, as estimativas superior e inferior de *Hidden Killers* da estimativa da ONU, e em seguida tirando a média da soma destes resultados e tomando o resultado como percentagem da estimativa da ONU. *Hidden Killers* calculou uma redução de 30% no número de minas terrestres em relação à estimativa da ONU, tirando a média da percentagem da diferença dos 12 países. É de notar que este factor de 30% mal é aceite na comunidade de acção relativa a minas.

Em finais de 1995, depois de terminados os mais importantes programas de eliminação de minas, o total foi 1,7 milhões de minas.¹⁸ O Egipto foi indiciado como sendo o país mais infestado de minas do mundo, com uma estimativa de 23 milhões de minas. Um estudo efectuado indicou que, aparentemente, todas as munições do Egipto tinham sido classificadas como "minas". Uma mis profunda análise de registos históricos indicou que era possível que tivessem sido enterradas mais de 1,5 milhões de minas no Deserto Ocidental do Egipto, onde o estudo foi realizado, e mais uma estimativa de meio milhão de minas ao longo das fronteiras orientais do Egipto. Temos assim uma estimativa mais conservadora de 2 milhões de minas, em vez de 23 milhões, em solo egípcio. Não é possível confirmar a exactidão de qualquer dois estudos, mas a diferença é assombrosa.¹⁹

Os Números e o Impacto Real

Como ficou dito acima, o número real de minas no solo não determina necessariamente o impacto sobre a população. A questão mais importante é o *número de pessoas afectadas* pela ameaça das minas terrestres na sua vida quotidiana. Para a maioria de pessoas que vivem em zonas afectadas, a mera suspeita de que uma zona está minada pode torná-la inútil. Em 1996, a Norwegian People's Aid desinfestou uma aldeia em Moçambique, após ela ter sido evacuada por toda uma população de cerca de 10.000 habitantes, devido a suspeita de infestação de minas.

Após três meses de trabalho, os desminadores encontraram quatro bombas. Quatro bombas haviam impedido o acesso à terra a, e causado a migração de, 10.000 pessoas.

As vidas directamente afectadas são também uma medida horrível. Os relatórios de país do Landmine Monitor indicam um decréscimo do número de vítimas de minas terrestres no Afeganistão, na Bósnia, no Camboja, na Croácia, nas Eritreia, em Moçambique e na Somália, nos últimos anos. Porém, ainda é muito cedo, e os dados pouco concludentes, para deduzir que este decréscimo representa uma tendência global.

E a incidência exclusiva sobre minas é também uma indicação pouco exacta, pois esta exclui munições não-detonadas (UXO). Munições, granadas e bombas não explodidas são muitas vezes problemas ainda mais graves que as minas, em zonas onde se deram batalhas pesadas e contínuas. É provável que 10% de explosivos utilizados em combate armado não expludam, e deve lidar-se com esta UXO como se fossem minas, o que complica o processo de remoção de minas. As agências de remoção costumam encontrar mais UXO que minas durante as operações de eliminação de minas, e se estas armas fossem incluídas com as minas nas estimativas globais, o nível de contaminação global seria difícil de contemplar.

Quanto ao solo inutilizado pelas minas terrestres, devido a estudos insuficientes das zonas minadas, não existem estimativas globais. Com base num estudo recente e completo em Afeganistão pela agência não governamental Agência de Planeamento de Desminação (Mine Clearance Planning Agency), há cerca de 860 quilómetros quadrados de zonas minadas, os quais afectam mais de 1.500 aldeias. Destas zonas minadas, 465 quilómetros foram classificados como zonas de eliminação prioritária. Estes números podem ou não representar outras zonas afectadas por minas. É claro que outros estudos como o do Afeganistão devem ser efectuados noutros países gravemente contaminados. Mas uma pergunta igualmente importante é, quantas pessoas têm as suas vidas quotidianas afectadas por estas zonas minadas?

¹⁸Eddie Banks, *Brassey's Essential Guide to Anti Personnel Landmines*, (Londres: Brassey's, 1997), p.6.

¹⁹Colin King (ed.) *Jane's Mines and Mine Clearance*, (Surrey: Jane's Information Group Limited, terceira edição,, 1998'99), p.13.

Acção Humanitária Respectiva a Minas: Características e Princípios

A acção humanitária respectiva a minas é uma tática completa e estruturada para lidar com contaminação de minas e UXO, incluindo aferição de estudos, sensibilização e apoio a vítimas. Estas actividades têm lugar para reduzir a ameaça que as minas terrestres representam aos indivíduos e comunidades nas zonas infestadas, bem como para fornecer apoio às vítimas. A acção humanitária respectiva a minas deve esforçar-se para criar capacidade indígena nas comunidades afectadas, pois isso faz parte do seu desenvolvimento de longo prazo.

Acção respectiva a minas é composta por 4 partes que se complementam: Vários níveis de pesquisa, aferição e cotação; eliminação de minas; sensibilização às minas; e apoio a vítimas. Estas quatro partes complementam-se, mas em conjunto constituem as partes necessárias e suficientes de uma estratégia de acção humanitária respectiva a minas com êxito. Um ciclo de um projecto de acção respectiva a minas pode dividir-se em três fases, e todas têm de ser completadas para assegurar que se alcançam os objectivos globais dos programas. As fases são: Pré-eliminação de minas - identificação de beneficiados e esclarecimento de aspectos legais, e direitos; eliminação de minas, a qual começa após a resolução de todos os assuntos da primeira fase; e finalmente, a fase de pós-eliminação de minas, para assegurar que se alcançaram os objectivos iniciais do programa.

As minas representam um obstáculo fundamental para o desenvolvimento de sociedades destroçadas pela guerra, e tem de ser colocado num mais amplo contexto de desenvolvimento. Em qualquer operação humanitária de eliminação de minas, tem de se fazer perguntas, como sejam: Quais as zonas prioritárias, de forma a ajudar a sociedade destroçada pela guerra no caminho de volta ao desenvolvimento sustentável? Quem irá beneficiar do levantamento de minas? Que acontecerá às zonas desinfestadas após completo o processo?

Para as ONG que trabalham na acção humanitária respectiva a minas, as actividades relacionadas não se tratam apenas de extrair as minas do solo, mas de fazê-lo de forma a facilitar o desenvolvimento socio-económico no pós-conflito.

Três ONG - a Handicap International, a Mines Advisory Group e a Norwegian People's Aid - representam um aparte substancial da capacidade mundial de eliminação de minas. Estas agências têm actualmente cerca de 4.000 peritos locais de pesquisa, fabrico e eliminação de minas, e de programas de educação sobre o risco das minas, em 20 países muito afectados. Em conjunto, as agências compuseram uma declaração princípios, para servir de guia ao trabalho e desenvolvimento futuros de métodos relacionados com a acção humanitária respectiva a minas. Entre estes princípios contam-se os seguintes:

- a necessidade de análise objectiva dos requisitos das comunidades afectadas, e a estruturação e efectuação de operações para atendê-los;
- a necessidade de ter em conta as sensibilidades culturais;
- a necessidade de um método responsável a respeito da saúde e bem-estar do pessoal empregado por estas agências, envolvido na acção respectiva a minas;
- um compromisso em relação ao desenvolvimento contínuo de métodos existentes, e de qualidade;
- uma perspectiva realista e objectiva das novas tecnologias e métodos de eliminação de minas;
- a necessidade de evitar "soluções de arremedo" e pouco práticas; e
- a necessidade de apoiar o princípio de transferência de capacidades para as comunidades afectadas.²⁰

²⁰Handicap International, Mines Advisory Group e Norwegian People's Aid, *Portfolio of Mine-related Projects* 1998.

Em geral, na perspectiva destas três ONG, estes princípios destacam os termos essenciais da acção humanitária respectiva a minas. Eles aconselham um método que destaca a importância da sequência apropriada de apoio às comunidades afectadas, com base na geração de dados iniciais sólidos antes da implementação dos projectos. A verdade é que muitas vezes esta sequência não é cumprida.

Os programas de acção respectiva a minas que incidem nas situações de emergência tentam muitas vezes recolher informações essenciais para o planeamento muito depois do trabalho haver começado. O ideal é as informações resultarem de um estudo de nível um que tem início onde termina uma missão de aferição, e tenta resumir a situação antes das actividades de grande escala, de sensibilização e eliminação de minas, terem início.

Empreita Comercial e Acção Humanitária Respectiva a Minas

Há uma diferença fundamental entre o levantamento de minas humanitária e militar. Em princípio, as unidades militares podem eliminar minas com o mesmo nível de qualidade das agências de levantamento humanitárias. Porém, nas palavras de um comentador, a eliminação de minas pode ser rápida, ou rigorosa - não pode ser as duas coisas ao mesmo tempo.²¹ A taxa internacional humanitária média de eliminação de minas das Nações Unidas é 99,6% de minas eliminadas. A média da ONU foi estabelecida para facilitar a *empreita comercial*.²²

O levantamento humanitário de minas é uma técnica relativamente nova para resolver o problema de infestação de minas, que surgiu nas operações de eliminação de minas no Afeganistão e no Kuwait depois da guerra do Golfo.²³ O levantamento humanitário de minas está a evoluir, a respeito dos intervenientes, e dos métodos e tecnologia empregues, mas continua caracterizado pelo seu objectivo de eliminar todas as minas dum campo de minas. A média de 99,6% não é suficiente para os desminadores humanitários, porque deixa no solo quatro minas por cada mil que elimina. O levantamento humanitário de minas efectua-se assim através de parâmetros muito diferentes dos de operadores comerciais ou militares, com os campos limpos segundo níveis humanitários e com segurança para os desminadores.

Em princípio os empreiteiros comerciais podem alcançar o mesmo nível das agências humanitárias. É uma questão de prioridades: os empreiteiros comerciais correm o risco de ter as mesmas prioridades das unidades militares, dando mais prioridade ao tempo decorrido que à taxa de eliminação, de forma a aumentar o seu lucro. As agências de levantamento humanitário de minas reconhecem actualmente a necessidade de empreiteiros comerciais, porque a capacidade de levantamento humanitário de minas ainda não está suficientemente desenvolvida para se encarregar de eliminar minas em muitas zonas gravemente infestadas. Os empreiteiros comerciais podem encarregar-se de missões de eliminação de minas em zonas onde as agências humanitárias não têm capacidade de eliminação.

O que é necessário é um regime melhorado para controlar e avaliar a qualidade das operações de eliminação de minas comerciais. O nível para a comunidade da acção humanitária respectiva a minas encontra-se nos Padrões Internacionais para o levantamento humanitário de Minas, e deve

²¹Mike Croll, *The History of Landmines* (Great Britain: Leo Cooper Barnsley, 1998), p.2.

²²Don Hubert, "The Challenge of Humanitarian Demining", in Cameron, Maxwell A. Et al *To Walk Without Fear. The Global Movement to Ban Landmines*, (Toronto: Oxford University Press, 1998), p.315.

²³Patrick Blagden, "The Evolution of Mine Clearance Operations Since 1991," in *Barlow, Dennis et al.*, Humanitarian Demining Information Center. James Madison University, Sustainable Humanitarian Demining: Trends, Techniques & Technologies, (Verona, Virginia: Mid Valley Press, 1997).

ser obedecido por todas as organizações ou empresas encarregadas de tais operações.²⁴ Estes padrões não incluem muitos dos métodos empregues por empreiteiros comerciais, tais como a limpeza mecânica de minas e a utilização de cães. Algumas medidas adicionais para assegurar a qualidade da implementação são a doação de princípios semelhantes aos da MAG, NPA e HI, segundo o documento da política da ONU "Mine Action and Effective Coordination" (Acção Respectiva a Minas e Coordenação Eficaz).²⁵

A respeito de rentabilidade das operações, é informativo comparar a experiência do Kuwait (a operação comercial de eliminação de minas mais completa de sempre) com a do Afeganistão. O custo da eliminação de minas no Kuwait foi \$961.538 por quilómetro quadrado (\$700 milhões por 728 Km²). Envolveu 4.000 desminadores expatriados, 84 dos quais morreram durante a operação. Foram encontradas minas por eliminar durante inspecções de qualidade, e agora grandes áreas estão a ser reinspeccionadas, e talvez tenham de ser novamente desinfestadas.²⁶ O Programa de Acção Relativa a Minas do Afeganistão (Mine Action Program for Afghanistan, MAPA) emprega actualmente cerca de 4.000 indivíduos, A grande maioria são locais, o que significa que se desenvolveu uma capacidade indígena considerável para acção humanitária respectiva a minas. Gastaram-se cerca de \$90,1 milhões para a eliminação de minas no Afeganistão desde o início do programa em 1990. Foram desinfestados cerca de 145 quilómetros quadrados neste período, ou seja \$621.889 por quilómetro quadrado, que são menos \$339.649 por Km² que no Kuwait.

Fundos para Acção Humanitária Respectiva a Minas

A questão de fundos para a acção humanitária respectiva a minas é complicada, mas uma coisa é certa: os programas de acção humanitária respectiva a minas têm escassez de fundos, e frequentemente os termos dos fundos não apoiam a tática integrada de longo prazo necessária para a acção humanitária respectiva a minas sustentável. Alguns dos principais doadores, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, preferem utilizar empreiteiros privados e comerciais para os seus projectos humanitários, quer por razões políticas como por uma alegada rentabilidade maior. Algumas das principais ONG de acção respectiva a minas, como a MAG Britânica, estão já a anunciar o possível encerramento de programas devido a falta de fundos. Outras estão a deparar-se com obstáculos devido a prioridades de curto prazo dos doadores, e de especificações muito pormenorizadas quanto à utilização dos fundos.

Outra "questão de números" no movimento de eliminação de minas terrestres é a tentativa de estabelecer a quantia exacta de dinheiro despendido na acção respectiva a minas na última década. Durante a assinatura do Tratado de Proibição de Minas em Otava, em Dezembro de 1997, foi prometido um total de US\$500 milhões por diversos doadores, para a acção respectiva a minas. As promessas foram bem-vindas - mas foram também vagas e pouco específicas, tornando-as difíceis de registar. Cada vez há mais esforços para averiguar de forma clara o destino dos fundos, quanto foi gasto e para que fins. A pesquisa para este relatório é uma dessas tentativas, e o processo contínuo do Landmine Monitor será um importante instrumento para esse fim, nos anos vindouros. Mas ao tentar registar - e compreender o significado de - esses números, torna-se clara a necessidade fundamental de mais transparência e disciplina na elaboração de relatórios.

²⁴United Nations International Standards for Humanitarian Mine Clearance Operations, (Nova Iorque: Mine Clearance Policy Unit, DHA, Nações Unidas).

²⁵See <http://www.un.org/Depts/Landmines/index.html>

²⁶Ibid, pp. 320-21.

Um relatório preparado para o Grupo de Apoio de Acção Respectiva a Minas da ONU, mostrando apoio bilateral de doadores para a acção respectiva a minas, desde Novembro de 1998 apresenta números dos doadores para cada país, cada projecto subsidiado e quantia. O total é de cerca de US\$430 milhões para acção respectiva a minas, mas uma vez que os números não estão datados, e alguns são somatórios de vários anos fiscais, o quadro de compreensão completa dos fundos está distorcido. Ademais, as descrições dos projectos fomentados são vagos e pouco claros, e não fornecem critérios para uma análise verdadeira.

Um relatório do governo canadiano afirma que dez países doadores iniciaram 98 novos programas de acção respectiva a minas em 25 países nos últimos 12 meses, sem mais pormenores.²⁷ No sua página electrónica, O Fundo Fiduciário Voluntário da ONU (UN Voluntary Trust Fund) indica que US\$49 milhões foram prometidos e gastos em programas de acção respectiva a minas, no período de 4 anos entre 1994 e 1998. Os EU afirmam que eles mesmos foram dos \$10 milhões em programas de acção respectiva a minas em cinco países, em 1993, para \$92 milhões em 21 países em 1998; mas como muitos dos programas são de treino militar de eliminação de minas, não se compreende precisamente qual a porção de dinheiro que financia o desenterramento efectivo de minas.

Resumindo, o quadro é confuso. Sem haver um entendimento comum para a elaboração de relatórios transparentes sobre fundos para acção respectiva a minas, é difícil, senão impossível, aferir a realidade do financiamento para programas de acção respectiva a minas. Sem a elaboração de relatórios transparentes é difícil medir o progresso. Como este aspecto do Tratado de Proibição de Minas é importante, há que resolver estas questões. Para que os dados recolhidos se possam transformar em figuras mensuráveis e comparáveis umas com as outras, a elaboração de relatórios acerca do financiamento da acção respectiva a minas deve ser transparente.

No mínimo, a elaboração destes relatórios deveria especificar país/agência doador/a, país receptor, descrição do projecto, agência implementadora e período de financiamento; os relatórios deveriam também indicar qual a percentagem dos fundos a aplicar a projectos dentro do país.

Tem havido um aumento de financiamento para os programas de acção humanitária respectiva a minas após o Tratado de Proibição de Minas, há maior envolvimento de doadores, e há maior disponibilidade de fundos para a continuação de programas, e para o início de novos projectos.

²⁷Ministério dos Negócios Estrangeiros do Canadá, *One Year Later: Is the Ottawa Convention Making a Difference?*, Otava, Canadá, 2 de Dezembro de 1998, p. 2.

Porém, é evidente que o financiamento actual é ainda insuficiente. Uma possível solução para aumentar o apoio à acção respectiva a minas seria os países doarem um por cento dos seus orçamentos de defesa para projectos de acção respectiva a minas. Entre 1988 e 1998, a média global anual de gastos em defesa foi US\$7.400 milhões.²⁸ Um por cento desse número forneceria US\$740 milhões anuais para acção respectiva a minas. Com um tal compromisso, o problema poderia realmente ser resolvido numa questão de anos, e não décadas.

Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento, Financiamento e Levantamento humanitário de Minas

A tecnologia e métodos existentes hoje em dia para a detecção destruição de minas terrestres não variam muito da realidade do pós-Segunda Grande Guerra. Os instrumentos existentes tornam a eliminação de minas demorada e "ineficiente". Com o aumento de sensibilização acerca do problema das minas, muitos projectos de pesquisa e desenvolvimento começaram a competir pelos fundos prometidos para pesquisa e desenvolvimento. Mas a "lengalenga" dos eliminadores humanitários de minas é a nova tecnologia deve tornar a eliminação de minas "mais segura, mais rápida, mais barata", e actualmente há vários esforços para encontrar a solução final para o problema. Até hoje, nenhuma das soluções de alta tecnologia propostas chegaram ao campo, apesar de algumas serem prometedoras.

Existe uma série de projectos de pesquisa e desenvolvimento dispendiosos e imaginativos que provocaram alguma preocupação na comunidade de levantamento humanitário de minas, pois parece que a sua motivação é outra que não a causa humanitária. Os projectos e soluções de alta tecnologia devem ser avaliados com base nas necessidades, custo e sustentabilidade humanitárias. A diversidade de terrenos em que se efectua a acção respectiva a minas torna muito difícil a concepção de equipamento em laboratório ou com poucos ensaios em campo. É muito provável que estes dispositivos, quando estiverem prontos para entrarem em campo, só possam ser utilizados como um bem adicional à "caixa de ferramentas" existente de técnicas de detecção e eliminação, como sejam a manual, a mecânica ou os cães de minas.

As agências de acção humanitária respectiva a minas apoiam o desenvolvimento de novas tecnologias, desde que estas não extraiam fundos dos esforços de acção respectiva a minas já existentes. Deveria haver transparência de doador a respeito de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para fins de acção humanitária respectiva a minas, tanto a nível de quantias despendidas como das directrizes desse dispêndio. É necessário um maior esforço de coordenação para evitar a repetição dos mesmos esforços de pesquisa e desenvolvimento, e para assegurar que as necessidades dos utentes humanitários são tomadas em consideração. De facto, para melhorar a eficácia dos seus esforços, a comunidade de pesquisa e desenvolvimento deveria procurar os conselhos dos utentes, e escutá-los com atenção. Acima de tudo, o ênfase principal deve ser sobre a melhoria de métodos existentes, em conjunto com os esforços para desenvolver e implementar os princípios para levantamento humanitário de minas.

Falta de Dados Essenciais da Linha de Base

Como já foi dito, há falta de informações acerca da localização de zonas perigosas e campos de minas. Para a comunidade internacional reagir a esta crise de forma rápida e rentável, um dos principais objectivos deve ser a aquisição de dados essenciais para a planificação e implementação da acção humanitária respectiva a minas. A linha de base estabelece-se normalmente através de diferentes níveis de pesquisa de minas. Até a data, poucos dos países mais afectados foram

²⁸Ver o *SIPRI Yearbook 1998*.

pesquisados adequadamente. Há várias razões pelas quais este importante primeiro passo não foi dado. Primeiro, muitas das agências envolvidas na acção humanitária respectiva a minas estavam inicialmente a efectuar eliminações de emergência para repatriação de refugiados, e outros objectivos de curto prazo.

A necessidade de fazer inquéritos tem surgido à medida que as operações têm assumido compromissos de longo prazo. Em segundo lugar, enquanto actividade de eliminação de minas, os inquéritos não são tão facilmente compreendidos nem ou apoiados pelos doadores como o é a actividade deveras concreta de remoção de minas terrestres.

À medida que o trabalho da acção humanitária respectiva a minas se tem desenvolvido ao longo dos anos, tornou-se evidente a necessidade de inquéritos coordenados. Em 1997, reuniu-se um grupo de ONG em Bruxelas, para partilhar a sua experiência e estabelecer métodos e formatos de inquéritos adequados, de forma a obter melhores dados de linha de base para operações de acção respectiva a minas. O resultado dessa reunião foi o estabelecimento do Global Level 1 Survey Working Group. Esta iniciativa de ONG é uma das contribuições recentes mais importantes aos esforços futuros na acção respectiva a minas em todo o mundo. (Ver o Programa Global de Inquéritos sobre Minas - Global Landmine Survey Program - nos apêndices).

Desafios para a Acção Humanitária Respektiva a Minas

A acção respectiva a minas é um campo novo, que tem tido de reagir a questões de apoio de emergência, questões de direitos individuais e às exigências do desenvolvimento de longo prazo. Deram-se já passos importantes, mas apesar de muito caminho andado, os esforços de acção respectiva a minas têm sido criticados recentemente. Têm-se levantado questões acerca de eficácia dos recursos despendidos na produção de resultados concretos e mensuráveis, nas comunidades afectadas.²⁹ Porém, a falta de dados prévios sobre o âmbito, envergadura e impacto do problema tornaram difícil estabelecer parâmetros para medir a eficácia da acção respectiva a minas. Falta trabalhar bastante para criar medidas de êxito universalmente aceites; e é necessário continuar o esforço para explicar à comunidade internacional em geral, e à comunidade doadora em particular, a razão pela qual a acção respectiva a minas é um compromisso a longo prazo.

Há diversos motivos para a actual escassez dos chamados indicadores socio-económicos. Uma é a relativa juventude dos esforços coordenados de acção respectiva a minas, e as dificuldades de traduzir em unidades "mensuráveis" a forma como o problema das minas afecta realmente as pessoas e comunidades em todo o mundo. A falta de dados de linha de base tem sido um factor principal, e a tentativa de calcular números comparáveis em diversos países têm tornado essas determinações ainda mais difíceis. Outros motivos para a falta de parâmetros de resultados relacionam-se com o facto dos intervenientes até agora terem tido relutância em utilizar variáveis económicas como medida de êxito, ou o temor de atribuir uma cifra às vidas e membros de pessoas.

Ademais, existem diversos problemas práticos quando se tenta medir os efeitos da eliminação de minas. A comparação entre várias operações de eliminação de minas é particularmente difícil. Por exemplo, duas equipas a desinfestar a mesma quantidade de metros quadrados, mas a trabalhar em condições diferentes, terão sempre resultados diferentes. Por estes motivos, devem ser utilizadas várias medidas complementares de êxito, quando se avalia a eficácia do levantamento humanitário de minas.

²⁹"It's Not a Pretty Picture," *Newsweek*, Número Internacional, 8 de Março de 1999.

Em toda a história da acção respectiva a minas, apenas foi efectuado um estudo sobre o efeito socio-económico das operações de acção respectiva a minas: o estudo de 1998 sobre Afeganistão, da Mine Clearance Planning Agency.³⁰ Num futuro próximo, a comunidade de acção respectiva a minas deve tomar as medidas necessárias para produzir mais estudos como o do Afeganistão. Os doadores necessitarão de melhores indicadores para medir os efeitos de programas de acção respectiva a minas, vinculados mais de perto aos programas de desenvolvimento de longo prazo. O processo de estabelecimento de variáveis fixas para este efeito é complicado, e deve envolver sociólogos, economistas e outros universitários, em colaboração com a comunidade de acção respectiva a minas. Este processo é fundamental para assegurar o apoio e o interesse de futuros doadores na acção humanitária respectiva a minas. Actualmente, existe alguma actividade e colaboração neste campo entre várias ONG envolvidas em trabalho humanitário.

Sensibilização às Minas

A sensibilização às minas significa programas informativos para reduzir a ameaça das minas terrestres para as comunidades afectadas. Através de diversos mecanismos pedagógicos que incidem na alteração de comportamentos de risco, e da criação de conhecimento sobre as medidas de segurança, a sensibilização às minas procura reduzir o número de vítimas de minas terrestres. A sensibilização às minas é necessária nas zonas afectadas, anteriormente a, e em simultâneo com, os programas de eliminação de minas. Nos países gravemente minados, a eliminação pode levar anos a concluir. A população local tem de aprender a viver quotidianamente em zonas infestadas de minas e UXO, até que a ameaça seja eliminada.³¹

Existem alguns elementos comuns dignos de reparo nas comunidades afectadas por minas em todo o mundo, mas as diferenças são mais significativas. Isso significa que todas as campanhas de sensibilização às minas têm alguns factores em comum, mas cada uma tem de se adaptar às necessidades, cultura e tradições locais. O trabalho de campo tem necessariamente de anteceder todas as campanhas de sensibilização às minas, de forma a adaptar o conteúdo e a forma das mensagens às necessidades da população local. Após efectuar trabalho de campo e recolher dados acerca do comportamento e vítimas de uma dada zona, as mensagens de sensibilização às minas podem ser adaptadas à área e grupo respectivos. Enquanto que o conteúdo específico pode variar, entre os pontos universais de qualquer campanha terão de se contar o conhecimento da ameaça; meios de protecção do indivíduo e outros da ameaça; e como reagir quando se entra numa zona minada sem saber.³²

O método mais popular para sensibilização às minas é através do contacto directo com as comunidades afectadas.

Isto significa normalmente a formação de formadores locais que visitam diversas comunidades, onde ensinam cursos em campos de refugiados, aldeias, escolas ou em qualquer outro local onde se possa reunir pessoas para participarem na formação. Normalmente, os materiais são minas e UXO falsas, cartazes com mensagens e ilustrações de sensibilização às minas, panfletos, brochuras, fotografias, cassetes e vídeos.

³⁰Programa das Nações Unidas para a Acção Respectiva a Minas no Afeganistão, *Socio-Economic Impact Study of Mine Action Operations Afghanistan*, Relatório Intermédio pela Mine Clearance Planning Agency, Outubro de 1998.

³¹Um ponto de partida importante para um programa de sensibilização às minas é o de definir as causas mais frequentes de acidentes com minas na respectiva área. Para uma lista completa, ver UNICEF, *International Guidelines for Mine Awareness Education* (Directrizes Internacionais para a Educação da Sensibilização às Minas), Versão Final, 26 de janeiro de 1999. Esta iniciativa essencial da UNICEF tenta examinar alguns assuntos prementes com os quais é necessário lidar quando se elabora uma campanha de sensibilização às minas. Um dos problemas tem sido que as campanhas de sensibilização às minas têm sido mal estruturadas e *ad hoc*, não envolvendo as próprias comunidades afectadas no processo de sensibilização. Ver também o relatório de actividades da UNICEF no apêndice.

³²Ibid.

Ademais, as mensagens de sensibilização às minas podem ser integradas em peças de teatro, dança ou jogos em que o grupo de foco pode participar activamente. Deve-se decidir os métodos a utilizar numa dada área infestada após o trabalho de campo (aferição de requisitos), e diversas técnicas deve-se normalmente testar num segmento do grupo de foco antes da implementação de uma campanha de sensibilização às minas de grande escala.

Apesar das medidas acima mencionadas serem as actividades centrais, o acesso à comunicação social é, na maioria dos casos, essencial à disseminação de mensagens de sensibilização às minas. Uma forma de fazê-lo é utilizar cartazes com mensagens de sensibilização às minas nos transportes de maior movimento, ou entregar brochuras ou panfletos às comunidades afectadas pelas minas. Os spots de rádio ou televisão também podem ser eficazes. Os órgãos de comunicação social têm a vantagem de alcançar um vasto número de pessoas com um custo relativamente baixo, mas nenhuma das técnicas da comunicação social é tão pedagogicamente eficaz como os cursos de directos de sensibilização às minas, a nível de conteúdo e volume de informação transmitida. A comunicação social funciona melhor como um apoio à técnica comunitária.

Podem utilizar-se diversos indicadores para medir o sucesso de uma campanha de sensibilização às minas. Como no caso de eliminação de minas, os factores prementes são normalmente a eficiência da campanha de sensibilização às minas quanto à disposição de fundos, e de como eles são aplicados, o planeamento, a formação de instrutores e a implementação das estratégias informativas. Recolhem-se e entregam-se muitas vezes informações sobre implementação de programas, como medida de êxito. Deveriam implementar-se medidas mais drásticas, como a o nível de mudança do comportamento das pessoas como resultado da sensibilização às minas, como se os grupos de foco estão a evitar comportamento de alto risco, a integrar mensagens de sensibilização às minas que aprenderam nas suas vidas quotidianas, e flutuações nas taxas de acidentes e ferimentos. Para obter aferições e avaliações precisas, é importante tomar outros factores em conta, os quais podem contribuir para as variações das estatísticas dos acidentes. Os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas dentro do país, iniciativas de segurança, eliminação corrente de minas, e a necessidade das pessoas trabalharem na terra durante as épocas da plantação e da colheita podem influenciar as taxas de acidentes com minas, tal como faz o nível de sensibilização às minas de uma dada população, independentemente da existência ou não de um programa de sensibilização às minas. Se forem estudadas em pormenorizada e objectivamente, as taxas de acidentes podem sobretudo fornecer provas importantes da eficácia global dum programa.

APOIO PARA SOBREVIVENTES DE MINAS TERRESTRES

Tal como o número de minas terrestres no mundo, o número dos seus sobreviventes também é difícil de determinar com precisão. Ainda mais difícil é tentar determinar um quadro completo de acidentes devidos a minas terrestres, As vítimas variam de um país para o outro – mas o que é consistente é que a esmagadora maioria de vítima são civis.

Enquanto que as vítimas de minas não são um fenómeno novo, o que é novo é a atenção dedicada às vítimas de minas terrestres – sobreviventes de minas – por causa do aumento dramático de sensibilização ao problema, originado pelo movimento global para proibir minas antipessoal, eliminá-las do solo e fornecer apoio às vítimas e comunidades vitimadas em todo o mundo.

O movimento de proibição está a fomentar uma compreensão mais profunda do problema das minas terrestres – e dos problemas dos sobreviventes das minas terrestres e das comunidades afectadas em geral. O movimento de proibição forneceu também um enquadramento para lidar com todos os aspectos da crise de minas terrestres – o Tratado de Proibição de Minas. Este primeiro Relatório do Landmine Monitor está a ajudar a delinear as falhas informativas relativas a todos os afectados por minas em todo o mundo.

O Tratado de Proibição de Minas e o Apoio às Vítimas

O ICBL esforçou-se por incluir linguagem relacionada com as vítimas de minas no Tratado. O Preâmbulo reconhece o desejo dos estados de “fazer o possível por fornecer apoio ao cuidado e reabilitação, incluindo a reintegração social e económica das vítimas de minas.”

O Artigo 6 do Tratado estipula que cada estado “que para tal tenha meios, forneça apoio ao cuidado e reabilitação, incluindo a reintegração social e económica das vítimas de minas, e para programas de sensibilização às minas.” O Artigo 6 afirma o direito de cada estado de procurar e receber a ajuda que for possível para as vítimas. Este artigo implica a responsabilidade da comunidade internacional de apoiar os programas de apoio a vítimas nos países afectados de recursos limitados.

Recolha de dados – as Vítimas de Minas e a “Questão dos Números”

Continua a ser difícil obter dados concretos acerca das vítimas de minas. Embora o desejo da comunidade internacional de encarar com mais prontidão os assuntos complicados relacionados com a epidemia das minas terrestres tenha resultado num aumento dos esforços para recolher dados de forma sistemática sobre as vítimas de minas, continua a haver uma escassez séria de informação. Nesta altura, o ICRC continua a ser a fonte única mais completa, tendo reunido dados desde 1979 através de 45 projectos lançados em 22 países.³³ Desde 1979, o ICRC fabricou mais de 120.000 próteses para mais de 80.000 amputados. Em 1997, das 11.300 próteses fabricadas, 7.200 foram para vítimas de minas. Mesmo assim, segundo o ICRC:

“Há uma falta geral de dados credíveis nos países afectados por minas. Em locais como os hospitais pode haver uma concentração de vítimas de minas. Porém, os dados recolhidos dos hospitais dizem respeito aos sobreviventes de ferimentos causados por minas; os dados relativos aos mortos e ao impacto nas famílias das vítimas tem de ser recolhido noutras locais. Os dados mais precisos tem vindo ou dos hospitais do ICRC ou de equipas de estudo específicas que realizaram estudos epidemiológicos em países afectados.” Não é fácil conseguir financiamento para estes estudos específicos (não são considerados “apoio”) e o recolhimento de dados pode ser uma tarefa difícil, e possivelmente perigosa. A informação pode ser intencionalmente retida pelas suas implicações políticas ou militares. A recolha precisa de dados é o primeiro passo na resolução de uma epidemia. Esta epidemia não é excepção.”³⁴

Os relatórios de países no Landmine Monitor reuniram uma diversidade de informação sobre vítimas de minas e programas de apoio. Este primeiro relatório indica, por exemplo, que o número de vítimas está a baixar em diversos países de alto risco. Estes incluem: Afeganistão, Bósnia, Camboja, Croácia, Eritreia, Moçambique e Somália. Por certo que estas informações são animadoras, mas é necessário analisar as causas desses decréscimos. Os relatórios dos países sugerem possíveis explicações, mas a pesquisa não +é sistemática, e as explicações são muitas vezes especulativas, ou não existem. Nalguns casos, como o do Camboja, o decréscimo pode tanto ser devido ao facto de as batalhas terem diminuído como a outros factores.

Noutros casos, pode em parte dever-se ao impacto de programas de sensibilização às minas; ou à forma como foi dada prioridade aos programas de eliminação de minas, e como foram postos em prática, por exemplo, a eliminação de minas de zonas para a habitação de refugiados antes da sua

³³Página electrónica do ICRC: www.icrc.org

³⁴Dr. Robin M. Coupland, Assistance for Victims of Anti-personnel Mines: Needs, Constraints, and Strategy, (Genebra: ICRC, Agosto de 1997), p.5.

chegada diminui a incidência de acidentes. É importante haver uma compreensão clara das causas dos decréscimos para o planeamento de programas, sobretudo para aplicar as lições aprendidas a outros casos, e diminuir o número de acidentes com minas.

Esta insistência em dados em geral não é esotérica. Tem aplicações práticas. As estatísticas para o desenvolvimento de programas de apoio, e a especificidade da informação recolhida tem influência sobre o tipo de programas escolhidos. Por exemplo, se um número significativo de vítimas de minas de um dado país forem crianças, os programas de apoio deverão ser diferentes do que se o número fosse relativamente pequeno. Melhor informação leva a uma melhor utilização de recursos escassos.

Por outro lado, têm-se expressado consternação que a recolha de dados – sobretudo inquéritos sobre sobreviventes de minas – possam fazer mais mal que bem se forem em demasia, e não estiverem vinculados de perto a actos tangíveis à comunidade de sobreviventes.

Sobreviventes das Minas Terrestres: Necessidades e Apoio

Embora os dados da linha de base sobre acidentes e sobreviventes das minas possam ser escassos, são bem conhecidas as necessidades das vítimas de minas em todo o mundo. Entre elas contam-se:

cuidados de primeiros socorros

cirurgia de amputação e acompanhamento pós-operatório

reabilitação física

próteses

cadeiras de rodas e muletas

apoio para vítimas de minas não-amputadas (cegueira, surdez, outros)

reabilitação psicológica

luta contra a estigmatização social

reabilitação económica

Embora sejam bem conhecidas as complicações associadas às necessidades das vítimas de minas, a maioria de recursos fornecidos para o apoio a vítimas vão para a reabilitação física e clínica. Muito menor é a quantidade de recursos que apoiam a reabilitação psicológica e a reintegração socio-económica, apesar de que, sem este apoio, as vítimas de minas levam muitas vezes vidas isoladas e estéreis. Segundo o relatório de um médico do ICRC, “A incidência da reabilitação continua a ser sobre os aspectos físicos da deficiência. A reabilitação física abrange algum do percurso no sentido de apoiar psicologicamente os jovens amputados. Porém, a necessidade de fornecer apoio psicológico adicional, e ajuda a achar um nicho social, têm sido em grande parte ignoradas. Existem poucos dados acerca do que sucede aos jovens amputados posteriormente.

Nalguns países, os amputados formam ‘gangs’ e revoltam-se contra a sociedade que os rejeitou; noutros, há uma forma não oficial de apoio a deficientes que assenta em famílias ou clãs.³⁵

³⁵ Ibid, p.15.

Os relatórios de países do Landmine Monitor indicam inequivocamente que a maioria dos recursos limitados concedidos ao apoio às vítimas de minas são para as necessidades imediatas de cuidados médicos e próteses dos sobreviventes; e claro que, em muitos países devastados, nem mesmo estes são atendidos. Em Angola, por exemplo, calcula-se que sejam necessárias mais de 5.000 novas próteses por ano, somente para os amputados existentes – e isto é mais do dobro da quantidade actualmente produzida no país. Mas em muitos países, as pesquisas do Landmine Monitor mostram uma perspectiva desoladora para os sobreviventes das minas:

Angola: “O futuro [dos amputados] vai ser o cuidado das famílias¹⁴”

Somália: “A maioria das vítimas de minas não recebe cuidados pós-operatórios. Em Outubro de 1998, num único dia, a Sociedade do Crescente Vermelho da Somália atendeu seis amputados que precisavam de ajuda para conseguir aparelhos de apoio motor.”

Sudão: “Praticamente não existem infra-estruturas básicas e serviços públicos no sul do Sudão.” “Os recursos de apoio psicológico e social para as vítimas de minas são inadequadas, se é que existem sequer¹⁴”

Colômbia: “Os programas de reintegração social e económica para vítimas das minas e deficientes de guerra praticamente não existem na Colômbia.”

Nicarágua: “Apesar de haver alguma segurança social, a maioria das vítimas recebe apoio da família.”

Laos: “Não há acompanhamento para os amputados que receberam próteses dos seis centros existentes no Laos.”

Azerbaijan: “Os programas de reabilitação física ou psicossocial quase não existem.”

Croácia: “Não há oficinas de próteses na Croácia. As vítimas de minas não recebem tratamento especial em comparação com outros deficientes.”

A tentativa de análise de fundos destinados aos programas de apoio a vítimas de minas é tão difícil como para os programas de acção relativa a minas. Mesmo quando existem esforços centralizados para recolher dados, como com a recolha informal de informação sobre apoio bilateral à acção relativa a minas, do Grupo de Apoio da Acção Relativa a Minas da ONU, não é possível uma análise definitiva dos dados por não haver critérios definidos para a elaboração de relatórios. A folha de dados da UNMASG, um dos conjuntos de dados mais completos até hoje, apresenta dados de Novembro de 1998 – mas não indica o espaço de tempo a que se refere, que pode variar dum país para outro, e que não afirmam os períodos a que correspondem as suas doações.³⁶ A mesma falta de continuidade e transparência dos relatórios sobre apoio às vítimas de minas, que dificulta o apoio a acção relativa a minas, torna uma perspectiva clara quase impossível neste caso. Esta é outra área para a qual o sistema do Monitor vinculará a necessidade de clareza.

Mas enquanto que a visão global é confusa, um aspecto fica bem claro, e esse é que o apoio a vítimas, segundo os próprios doadores, é significativamente menor que o financiamento de programas de eliminação de minas. A folha de dados da UNMASG analisa o apoio bilateral a 35

³⁶ “Mine Action Bilateral Donor Support,” 16 de Novembro de 1998, fornecido pelo governo Norueguês.

países, de 16 países e da União Europeia. Os doadores indicaram, em termos vagos, se o dinheiro se destinava à eliminação de minas, formação, sensibilização às minas ou apoio às vítimas. De \$410 milhões em apoio bilateral, cerca de \$23,6 milhões destinaram-se ao apoio de vítimas de minas, de uma ou outra maneira. Esta folha de dados é apenas um dos indicadores, e cheio de falhas e confusão, mas não deixa de dar uma impressão das proporções destinadas ao apoio às vítimas e à eliminação de minas pelos principais países doadores do mundo na acção relativa a minas.

Atendimento das Necessidade dos Sobreviventes

O apoio a vítima faz geralmente parte dos serviços globais de saúde e assistência social dum país, sejam eles quais forem. Nos países mais devastados por conflitos, os serviços sociais e médicos básicos que são fracos, na melhor das circunstâncias, estão geralmente ainda mais enfraquecidos, ou desmoronam por completo. Nestes casos as vítimas de minas sofrem tanto como os demais que buscam apoio. Nalguns países, o ICRG, as ONG, as agências da ONU e outros intervieram e tornaram-se na única fonte de apoio para o sobreviventes de minas, e para as outras vítimas de guerra. Mas as necessidades das vítimas de minas são de longo prazo. Os países devem ser apoiados no seu desenvolvimento do sector de saúde e assistência social, para poderem lidar com este problema nos anos vindouros – assim como no caso da eliminação de minas.

O ideal seria os assuntos relativos a deficientes serem do for de diverso ministérios – da educação, do trabalho e emprego, da qualidade de vida, do interior, das finanças - e não apenas do sector da saúde. Esta perspectiva integrada é necessária para atender a toda a gama de assuntos relativos à reabilitação e reintegração dos sobreviventes das minas terrestres. No seu apoio a este fornecimento integrado de tratamento, a comunidade internacional tem de achar meios de assegurar que os deficientes têm voto nos processos decisivos que afectam as suas vidas, e as das suas famílias. Onde as agências internacionais tiveram de intervir, elas deveriam agora tentar tornar os programas locais e autónomos, segundo o objectivo das agências humanitárias de eliminação de minas. Basicamente, a comunidade internacional tem de fazer mais, e melhor.

Outro aspecto desta parte do problema é a definição de “vítima.” Os indivíduos fisicamente afectados por minas terrestres têm de receber apoio porque sofreram da forma mais violenta e directa. Simultaneamente, reconhece-se que é possível, e desejável, uma definição mais ampla de vítima, para poder incluir famílias dos acidentados e as comunidades afectadas na sua totalidade. Mas a utilização de uma definição mais ampla para o planeamento de programas deveria beneficiar as famílias e comunidades sem tirar importância às necessidades complexas dos próprios sobreviventes. Por exemplo, um programa comunitário de desenvolvimento numa zona de infestação muito densa não deve ser classificada de “assistência a vítimas de minas” a menos que existam medidas explícitas para atender aos assuntos relativos a deficientes nessa comunidade. Os programas comunitários de desenvolvimento de larga escala têm vindo a ignorar os problemas de deficientes (amputados ou não), e estes grupos estigmatizados e marginalizados nada beneficiam a não ser que façam parte integrante da estrutura do programa em questão.³⁷

A nova incidência do problema das minas terrestres deveria focar a integração do planeamento de apoio a vítimas nas políticas nacionais. Os sobreviventes das minas terrestres não deveriam ser segregados de outras vítimas de guerra ou deficientes. O apoio da comunidade internacional deve incidir na construção das capacidades locais, e a reabilitação clínica e física deve ser vista como um precursor – e não o objectivo final – da reabilitação completa e da verdadeira reintegração económica e social dos sobreviventes na comunidade. Apesar de não haver garantias contar a estigmatização dos sobreviventes das minas terrestres, e de outros deficientes, uma perspectiva integrada, indígena e de longo prazo poderá iniciar a resolução do problema. Finalmente, a

³⁷Um exemplo paralelo: os programas de financiamento da UNICEF que não só visam crianças, como exigem indicadores de linha base claros, avaliações externas, etc. de que os programas beneficiam de facto as crianças.

comunidade internacional deve esforçar-se conscientemente para assegurar que os seus programas e apoio não fomentam ou facilitam a estigmatização das vítimas das minas terrestres, e das suas famílias.

Se o aumento de apoio se tornou num desafio cada vez maior, foi tomada uma quantidade de medidas nos últimos dois anos, para estipular recomendações e normas de acção. Alguns exemplos são o “Manifesto de Berna,” iniciado pela OMS, UNICEF, o ICRC e o governo suíço. O Grupo de Trabalho para Apoio a Vítimas do ICBL, criado em Fevereiro de 1998, e constituído por cerca de 25 ONG, também formulou as “Guidelines for Care and Rehabilitation of Survivors” (Directrizes para o Cuidado e Reabilitação de Sobreviventes).

A recolha precisa de dados e o acompanhamento do apoio respectivo não preencherá a lacuna entre as necessidades das vítimas de todo o mundo e a escassez de recursos de apoio que lhes vai sendo atribuída. Em Abril de 1998, o Grupo de Trabalho para Apoio a Vítimas, do ICBL, desenvolveu uma matriz de custos associados à reabilitação total de cada sobrevivente de minas terrestres. Os membros do Grupo de Trabalho serviram-se da sua própria experiência de campo e resultados de inquéritos da OMS, UNICEF, Cruz Vermelha Americana e outras, e obtiveram uma figura de \$9.000 por cada sobrevivente. A figura é derivada do cálculo de custos de diversos tipos de apoio, desde os primeiros socorros, cuidados médicos de emergência, às próteses e a reabilitação física ao apoio psicológico e social, à formação vocacional e ao apoio às referências profissionais.

Calcula-se que o número de sobreviventes de minas em todo o mundo seja 300.000; assim a cifra total para o seu apoio completo seria aproximadamente \$300 milhões.

O ICBL apelou à comunidade internacional para fornecer esta quantia num prazo de dez anos. O governo dos EU desafiou a comunidade internacional a angariar cem milhões anuais para criar um mundo isento de minas. Certamente que os sobreviventes desta crise global devem fazer parte do desafio. Um mundo livre de minas, mas sem estar livre do sofrimento das suas minas, não é objectivo digno de ser alcançado.

FINANCIAMENTO DA ACÇÃO RESPECTIVA A MINAS

É muito difícil obter um diagrama exacto e completo do financiamento da acção respectiva a minas. No entanto, a partir da pesquisa e relatórios do Landmine Monitor, é possível obter um quadro representativo e informativo da situação global. O Landmine Monitor identificou cerca de \$640 milhões de gastos em acção respectiva a minas da parte de 17 doadores principais. Quase todos estes dispêndios ocorreram entre 1993 e 1998.

Esta cifra está longe de ser um total global completo para o financiamento da acção respectiva a minas até a actualidade, e não só por ser o financiamento de apenas dezassete doadores principais. Para alguns desses doadores ela não engloba gastos com apoio a vítimas, e para outros não engloba financiamento da acção respectiva a minas para 1998 ou para outros anos anteriores, e para outros ainda não engloba financiamento da acção respectiva a minas de todos os departamentos e agências governamentais. O Landmine Monitor tentou também separar fundos para pesquisa e desenvolvimento para tecnologia e equipamento de eliminação de minas deste total. Também excluído do total foram US\$175 milhões de financiamento da acção respectiva a minas da Comunidade Europeia, porque, pelo menos nalguns dos casos, os principais doadores declararam as doações para a CE como parte dos seus gastos de acção respectiva a minas domésticos. Este total também não inclui contribuições de bens (e não de dinheiro) de alguns destes doadores, nem as contribuições substanciais de bens da parte de outros doadores.

Assim, o dispêndio global na acção respectiva a minas até hoje deve ser pelo menos dezenas de milhões de dólares mais elevado que os \$640 milhões derivados dos relatórios de dezassete

principais doadores. Mas é uma cifra útil de se comparar com os \$500 milhões prometidos apenas durante a conferência de assinatura do tratado de Otava, em Dezembro de 1997, ou com o alvo de \$100 milhões *anuais* da iniciativa de 2010 dos EU.

A maioria dos dezassete doadores forneceram uma discriminação anual pelo menos parcial do seu financiamento da acção respectiva a minas, o que permite alguma avaliação da tendência e evolução. Com mais um aviso de que as cifras não são de modo algum completas, e reconhecendo que os governos não compilaram esta informação de maneira uniforme, se o financiamento da acção respectiva a minas declarado for somado para cada ano desde 1993, os resultados são os seguintes:

1993: \$22 milhões (6 doadores declarantes); 1994: \$41 milhões (8 doadores);

1995: \$64 milhões (9 doadores); 1996: \$94 milhões (10 doadores); 1997: \$100 milhões (11 doadores); 1998: \$169 milhões (11 doadores).

O enorme salto de 1997 para 1998 deve-se a grandes aumentos do Canadá (\$18,7 milhões) e dos Estados Unidos (\$17,6 milhões), mais a aumentos substanciais da Alemanha (\$5,2 milhões), da Suécia (\$4,7 milhões), da Noruega (\$4,2 milhões), do Reino Unido (\$3 milhões) e da Finlândia (\$2,1 milhões). Também é de notar que a Itália gastou \$12 milhões, mais do que o total do seu gasto nos três anos anteriores, e o Japão gastou \$8,7 milhões, quase 30% de todo o seu financiamento da acção respectiva a minas anterior. (Não existem cifras para 1997 para estes dois países para efeitos de comparação).

Principais Doadores para a Acção Respectiva a Minas

Todas as cifras são em dólares americanos, salvo nota em contrário.

Estados Unidos - \$164,3 milhões

Para os anos fiscais de 1993 a 1998,. Não inclui financiamento de apoio a vítimas. O Fundo das Vítimas de Guerra Leahy, principalmente destinada a vítimas de minas, alcançou um total de \$50 milhões de 1989 a 1998.

Não inclui igualmente \$45 milhões para pesquisa e desenvolvimento de eliminação de minas. Os EU afirmaram que as suas contribuições para programas de acção respectiva a minas, englobando pesquisa e desenvolvimento, vão alcançar um total de \$100 milhões no ano fiscal de 1999.

1993	\$ 10,2 milhões
1994	\$ 15,9 milhões
1995	\$ 29,2 milhões
1996	\$ 29,8 milhões
1997	\$ 30,8 milhões
1998	\$ 48,4 milhões ³⁸

³⁸Os EU declararam financiamento da acção respectiva a minas em 1998 de \$66,1 milhões e de \$91,8 milhões; a cifra menor (menos \$17,7 em pesquisa e desenvolvimento do Pentágono) consta aqui.

Noruega - \$66,6 milhões

Inclui financiamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros 1994-1998 (NOK 398 milhões) e da Agência Norueguesa para Colaboração no Desenvolvimento 1994-1997 (NOK 101 milhões). Inclui financiamento para apoio a vítimas. Em Dezembro de 1997, a Noruega prometeu gastar \$120 milhões, ao longo de cinco anos, na acção respectiva a minas.

1994	\$4,0 milhões
1995	\$11,6 milhões
1996	\$13,5 milhões
1997	\$16,7 milhões
1998	\$20,8 milhões

Suécia - \$52,1 milhões

Inclui financiamento de 1990 a 1998 (SEK 417 milhões).

Calcula-se que um máximo de 10% foi gasto em apoio a vítimas.

1990-93	\$5,5 milhões
1994	\$2,6 milhões
1995	\$5,1 milhões
1996	\$10,4 milhões
1997	\$11,9 milhões
1998	\$16,6 milhões

Reino Unido - \$49,7 milhões

Inclui financiamento do ano fiscal de 1992-93 até 1998-99. Não inclui financiamento de apoio a vítimas, ou as contribuições do RU para os projectos de eliminação de minas da CE. Na conferência de assinatura do tratado de Otava, o RU disse que duplicaria a sua contribuição anual para as actividades de eliminação de minas, para um total de 10 milhões de libras (\$16 milhões) até o ano 2001.

1992-1993	\$2,8 milhões
1993-1994	\$5,1 milhões
1994-1995	\$9,6 milhões
1995-1996	\$7,9 milhões
1996-1997	\$7,1 milhões
1997-1998	\$7,1 milhões
1998-1999	\$10,1 milhões

Alemanha - \$42,4 milhões

Inclui financiamento de 1993-1998 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (DEM 51,3 milhões) e Ministério do Desenvolvimento e Cooperação Económica (DEM 31, 2 milhões). Aparentemente, inclui financiamento de apoio a vítimas. Foram despendidos mais DEM 9,5 milhões (\$5,4 milhões) em pesquisa e desenvolvimento de eliminação de minas.

Existe uma discriminação para os fundos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas não para o Ministério do Desenvolvimento e Cooperação Económica.

1993	\$0,3 milhões
1994	\$0,5 milhões
1995	\$0,8 milhões
1996	\$7,9 milhões
1997	\$4,9 milhões
1998	\$10,1 milhões

Japão – \$38,7 milhões

Apesar de não existir uma discriminação anual, isto inclui cerca de \$30 milhões em 1997, e \$8,65 milhões (106 milhões de yen) em 1998. Aparentemente inclui financiamento de apoio a vítimas. Na conferência de assinatura do tratado de Otava, o Japão prometeu gastar 1 bilhão de yen (\$85 milhões) em cinco anos.

Dinamarca - \$37,7 milhões

Entre 1992 e 1998. Inclui DKK 90 milhões (\$13 milhões) em contribuições bilaterais, e DKK 175 milhões (\$24,7 milhões) para agências da ONU, o ICRC e organizações não governamentais. Inclui financiamento de apoio a vítimas. A seguinte discriminação não inclui contribuições bilaterais.

1992	\$1,9 milhões
1993	\$1,7 milhões
1994	\$2,0 milhões
1995	\$2,3 milhões
1996	\$7,2 milhões
1997	\$4,7 milhões
1998	\$4,9 milhões

Canadá - \$37 milhões

Inclui gastos da Agência Canadiana de Desenvolvimento

Internacional de 1993-1997 de Cdn\$16,8 milhões (\$11,1 milhões), do Gabinete de Defesa Nacional 1989-1997 de Cdn\$6,2 milhões (\$4,1 milhões), do Fundo Canadano de Minas Terrestres em 1998 de Cdn\$33 milhões (\$21,7 milhões). Inclui financiamento de apoio a vítimas. Não inclui aproximadamente \$1 milhão em pesquisa e desenvolvimento de eliminação de minas. Em Dezembro de 1997, o Canadá prometeu gastar Cdn\$100 milhões em acção respectiva a minas nos próximos cinco anos.

1989	\$1,7 milhões
1993	\$2,2 milhões
1994	\$2,9 milhões
1995	\$1,5 milhões
1996	\$4,0 milhões
1997	\$3,0 milhões
1998	\$21,7 milhões

França - \$35,7 milhões

Este financiamento para 1995-1998 inclui 142 milhões de francos contribuídos para programas de acção respectiva a minas da UE, e 72 milhões de francos para programas bilaterais. O financiamento de apoio a vítimas está incluído. Não existe uma discriminação anual.

Holanda - \$30,2 milhões

Este financiamento, para 1996-1998 apenas, para eliminação de minas, sensibilização às minas, e apoio a vítimas.

1996	\$10,7 milhões
1997	\$10,2 milhões
1998	\$9,3 milhões

Austrália – 22,9 milhões

Para 1994-1999 (Aus\$36 milhões). Não existe discriminação anual. Aparentemente inclui financiamento de apoio a vítimas. A Austrália prometeu gastar Aus\$100 milhões (\$65,2 milhões) em acção respectiva a minas até ao ano 2005.

Itália - \$22,4 milhões

Inclui 1,8 bilhões de liras (\$10,45 milhões) para 1995-1997 e 2 bilhões de liras (\$11,97 milhões) em 1998. Aparenta incluir financiamento de apoio a vítimas.

Suíça - \$16,9 milhões

Para 1993-1997 e inclui \$11 milhões para apoio a vítimas, \$5,5 milhões para eliminação de minas e \$400.000 para programas de sensibilização às minas.

1993	\$2,7 milhões
1994	\$3,5 milhões
1995	\$4,1 milhões
1996	\$2,6 milhões
1997	\$4,0 milhões

Finlândia - \$14,4 milhões

Para 1991-1998. Desconhece-se se inclui programas de apoio a vítimas. A Finlândia prometeu gastar \$22,6 milhões em acção respectiva a minas entre 1998-2001.

1995	\$0,7 milhões
1996	\$1,3 milhões
1997	\$4,5 milhões
1998	\$6,6 milhões

Bélgica - \$5,1 milhões

Inclui gastos em acção respectiva a minas 1994-1998. Foram gastos mais \$2,65 milhões em pesquisa e desenvolvimento de eliminação de minas.

Áustria - \$4,2 milhões

Financiamento em 1994-1998 (54 milhões de xelins), para agências e ONG para eliminação de minas, sensibilização às minas e programas de apoio a vítimas.

Irlanda – mais de \$4 milhões

Financiamento em 1994-1997 (mais de 3 milhões de libras) para projectos de eliminação e reabilitação, e inclui apoio para programas do país, o FUNDO Fiduciário Voluntário da ONU, e ONG. O total de 1997 foi 1,14 milhões de libras.

Financiamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Eliminação de Minas

Sempre que possível, as cifras acima não incluem financiamento para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e equipamento de eliminação de minas, apesar de se desconhecer, nalguns casos, se o respectivo governo incluiu pesquisa e desenvolvimento no seu total. O Landmine Monitor identificou os seguintes gastos em pesquisa e desenvolvimento:

*Estados Unidos: \$45,4 milhões (1995-1998) com mais uma estimativa de \$17,7 milhões para 1999;

*Suécia: aproximadamente \$22,5 milhões (1994-1998);

*Holanda: aproximadamente \$10 milhões (1997-1998);

*Bélgica: \$2,65 milhões (em 1998);

*Reino Unido: \$1,7 milhões (1994/95-1998/99)

*Canadá: cerca de \$1 milhão em 1998, o primeiro ano de um programa de cinco anos de \$11,2 milhões;

*A Austrália disse que gastaria \$2,6 milhões 1998-2002;

*Comunidade Europeia: \$18 milhões.

Principais Receptores de Acção Respectiva a Minas

Cifras exactas, completas e comparáveis para os principais receptores de acção respectiva a minas ainda são mais raras que as dos principais doadores de acção respectiva a minas. As cifras seguintes, da pesquisa e relatórios do Landmine Monitor, apesar de incompletas, dão uma ideia geral do financiamento de acção respectiva a minas em diversos países afectados. Parece claro que os principais receptores foram o Afeganistão, Moçambique, o Camboja, a Bósnia-Herzegovina e Angola.

No **Afeganistão**, o financiamento para o Programa de Acção Respectiva a Minas da ONU para o Afeganistão totalizou \$113 milhões desde 1991 até Outubro de 1998. Inclui eliminação e sensibilização, mas não apoio a vítimas. O ministro dos negócios estrangeiros e cooperação de **Moçambique** disse que o financiamento para a eliminação de minas de 1993 a 1998 excedeu os \$116 milhões. O Landmine Monitor conseguiu identificar pormenorizadamente \$93,5 milhões de gastos de doador e promessas para acção respectiva a minas em Moçambique, para o período entre 1994 e 2001.

As contribuições em dinheiro para o Centro de Acção Respectiva a Minas do **Camboja** totalizaram \$63 milhões em 1994-1998, mas as contribuições de bens equivalem a milhões, talvez dezenas de milhões mais.

Os doadores declararam cerca de \$83 milhões em contribuições e promessas. As contribuições para acção respectiva a minas para a **Bósnia-Herzegovina** de dez doadores principais, e 1996-1998 totalizaram \$36 milhões, e o Banco Mundial está apoiar um Projecto de Reabilitação de Vítimas de Guerra de \$30 milhões. **Angola** recebeu uma estimativa de \$51 milhões dos seus principais doadores em 1998.

Cinco países doadores e a UE gastaram ou prometeram \$11,8 milhões para acção respectiva a minas no **Curdistão iraquiano** em Novembro de 1998. Foi declarado que, sob o acordo por intermédio da ONU de petróleo por comida, com Bagdade, foram destinados \$16,5 milhões para eliminação de minas e pesquisas no Kurdistão iraquiano em 1998, apalavrado para os Serviços do Gabinete de Projectos da ONU. O governo do **Laos** declarou \$5 milhões em contribuições de dinheiro e \$8 milhões em bens para o Fundo fiduciário de UXO do Laos, em 1996-1998. Os governos doadores afirmam ter contribuído e prometido mais de \$26 milhões ao Laos.

Seis doadores afirmam ter prometido e contribuído \$13,5 milhões e financiamento para acção respectiva a minas, aos países centro-americanos **Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Guatemala**, sendo a maioria da quantia através dum programa regional em cooperação com a Organização dos Estados Americanos e do Gabinete de Defesa Inter-Americano. Em 1998, os EU gastaram \$12 milhões em programas de acção respectiva a minas na **Ruanda**, \$8,2 milhões na **Etiópia**, \$8 milhões na **Eritreia** e \$7,2 milhões na **Namíbia**. A **Croácia** gastou aproximadamente \$26 milhões do seu orçamento em acção respectiva a minas, mas recebeu cerca de \$4 milhões da comunidade internacional.

RESUMOS REGIONAIS

ÁFRICA

Assinatura e ratificação do TPM

Dos 48 países africanos, 40 assinaram o Tratado de Proibição de Minas (trinta e cinco durante a conferência de assinatura de Otava, em princípios de Outubro de 1997, e mais cinco desde então - Zâmbia, São Tomé e Príncipe, Chad, Serra Leoa e Guiné Equatorial, que acedeu).

Os únicos não-signatários são: República da África Central, Comoros, Congo (Brazzaville), República Democrática do Congo, Eritreia, Libéria, Nigéria e Somália.

Dos quarenta signatários, dezassete haviam ratificado a 31 de Março de 1999. Em ordem cronológica, eles são: Ilhas Maurícias, Djibuti, Mali, Zimbabué, África do Sul, Malauí, Moçambique, Guiné Equatorial, Burquina Faso, Namíbia, Senegal, Benine, Guiné, Lesoto, Suazilândia, Uganda e Níger. Os relatórios de países do Landmine Monitor indicam que o processo de ratificação está encaminhado em cerca de metade dos países que ainda não ratificaram.

Utilização de MAP

O governo de Angola, signatário do tratado, enterrou minas antipessoal novas em 1998 e 1999. As forças da UNITA também utilizaram MAP nas suas batalhas constantes. Também parece seguro que os signatários Guiné-Bissau e Senegal utilizaram minas antipessoal quando lutaram juntos contra

forças militares rebeldes na Guiné-Bissau em 1998. O Senegal ratificou o tratado em Setembro de 1998 durante um cessar fogo.

Também houve alegações de utilização pelos signatários Ruanda, Uganda e Zimbabué no conflito na República Popular do Congo, mas não existem provas concretas e os governos acusados negam a utilização de minas.

Foram utilizadas minas em 1998 e/ou princípios de 1999 por forças rebeldes em Angola, Djibuti, Guiné-Bissau e Uganda, bem como por diversas facções na Somália. Tem havido também alegações frequentes de utilização na RPC por forças governamentais, rebeldes e tropas estrangeiras, na Eritreia por tropas governamentais e no Sudão pelos rebeldes do governo.

Produção e Exportação de MAP

Não existem actualmente produtores e exportadores de minas antipessoal em África. (O Egipto, que ainda produz minas, está incluído na secção da África do Norte/Médio Oriente deste relatório). No passado, a África do Sul, Uganda e Zimbabué, e possivelmente a Namíbia, produziram MAP. A África do sul e o Zimbabué também foram exportadores.

Armazenamento de MAP

Não existem quase dados nenhuns sobre os números de minas antipessoal nos armazenamentos dos países africanos, quer signatários ou não. Poucos são os países que começaram o processo de destruição.

A África do Sul (243.423 minas) e a Namíbia (50 toneladas de minas e UXO) dizem que destruíram todo o seu estoque operacional de MAP. O Mali, a Guiné-Bissau e talvez o Uganda e o Gabão destruíram parte dos seus armazenamentos.

Os que possuem armazenamentos hoje em dia são todos não-signatários, com a possível excepção de Comoros, mais Angola, Chad, Djibuti, Etiópia, Gabão, Guiné-Bissau, Quénia, Madagáscar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. Não se sabe se os seguintes possuem armazenamentos: Botswana, Burundi, Guiné, Tanzânia e Togo.

Problemas de Minas Terrestres e Acção Respectiva a Minas

África é conhecida pelo continente mais minado. Países muito afectados incluem Angola, Moçambique, Somália (e Somalilândia), Sudão, Eritreia e Etiópia. Outros são Zimbabué, Ruanda, Zâmbia, Chad, Namíbia, Burundi, Uganda, RD Congo, Mauritânia, Serra Leoa, Libéria, Senegal, Guiné-Bissau, Congo-Brazzaville, Djibuti, Malauí, Níger, África do Sul e Suazilândia.

As operações de eliminação de minas estão a ser efectuadas em Angola, Moçambique, Namíbia, Ruanda e Zimbabué, com níveis variáveis de êxito.

Tem-se gasto uns \$116 milhões na acção respectiva a minas em Moçambique, provavelmente mais que em qualquer outro país excepto o Afeganistão. Mais de \$50 milhões foram gastos em Angola, mais de \$10 milhões na Eritreia, e perto de \$10 milhões na Etiópia.

Américas

Assinatura e ratificação do TPM

Nas Américas existe apoio quase universal pelo Tratado de Proibição de Minas. Trinta e três países assinaram o tratado; os Estados Unidos e Cuba são os únicos não-signatários. Aos 31 de Março de 1999, dezanove países da região haviam ratificado o tratado de proibição (por ordem de ratificação): Canadá, Belize, Trinidad e Tobago, Bolívia, México, Peru, Jamaica, as Baamas, Grenada, Honduras, Panamá, Paraguai, Nicarágua, St. Kitts e Nevis, Barbados, El Salvador, Costa Rica, Dominica e Guatemala.

Aqueles que assinaram, mas não ratificaram são: República de Antigua, Equador, Guiana, Haiti, Santa Lúcia, São Vicente e as Grenadines, Suriname, Uruguai e Venezuela. O processo legislativo para ratificar está em progresso em pelo menos metade destes países.

Utilização de MAP

O único país da região onde há provas de que se estavam a colocar minas antipessoal em 1998 e princípios de 1999 é a Colômbia, onde vários grupos rebeldes, sobretudo os UC-ELN e os FARC, produziram e utilizaram minas antipessoal e improvisaram engenhos explosivos durante anos.

Produção e Exportação de MAP

Como resultado do Tratado de Proibição de Minas e das políticas domésticas, sete países da região pararam de produzir minas antipessoal: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Nicarágua e Peru. A produção da Colômbia, que parou em 1996, não tinha sido registada por outros governos e ONG antes da publicação do *Landmine Monitor Report 1999*.

Os Estados Unidos e Cuba continuam a ser os únicos produtores de MAP do hemisfério. Nenhum país da região +e actualmente exportador de minas antipessoal. Os Estados Unidos transformaram a sua moratória de exportação numa proibição permanente em 1997, e Cuba declarou formalmente que não exporta minas terrestres. Os signatários do tratado Argentina, Brasil, Canadá e Chile exportaram minas no passado.

Armazenamento de MAP

O Canadá e El Salvador destruíram todo o seu estoque operacional de minas antipessoal. A Guatemala declara que não possui um armazenamento de MAP. A destruição parcial de armazenamentos ocorreu na Nicarágua, Estados Unidos e Uruguai.

Pensa-se que os seguintes países nunca possuíram minas antipessoal: Antigua e Barbuda, Baamas, Barbados, Bolívia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Grenada, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e as Grenadines e Trinidad e Tobago.

Problemas de Minas Terrestres e Acção Relativa a Minas

As minas por eliminar são um problema constante nas Américas. Os países mais afectados dão a Colômbia e a Nicarágua. Outras com um problema de minas são as Honduras, Costa Rica, Guatemala, e Peru e Equador ao longo das suas fronteiras, bem como as disputadas Ilhas Malvinas. O maior número de minas, de 500.000 a um milhão, parecem estar plantadas nas fronteiras do Chile com a Argentina, a Bolívia e o Peru. Porém, estas minas parecem causar poucos acidentes a civis.

Tanto os Estados Unidos como Cuba enterraram minas à volta da Base Naval americana de Guatanamo; os EU prometeram retirar todas as suas minas antipessoal até o fim de 1999.

Os programas de levantamento humanitário de minas estão encaminhados na Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Guatemala (em colaboração com a OAS e o Gabinete de Defesa Inter-Americano), O Peru e o Equador chegaram a um acordo conjunto em 1998 para eliminar as minas da fronteira. Em Novembro de 1998, o furacão Mitch devastou as Honduras, mas apenas atrasou o processo de eliminação de minas alguns meses. Todos os países da América central devem alcançar o objectivo de estarem isentos de minas no ano 2000, excepto a Nicarágua, onde o objectivo parece ter deslizado para 2004, devido ao furacão e a outros factores.

Foi assinado um Memorando de Compreensão sobre um programa Conjunto para a Reabilitação de Vítimas de Minas na América Central, pelo México, Canadá e PAHO. A iniciativa, financiada com uma bolsa inicial de 3,5 dólares canadianos, irá aferir, e começar a atender as necessidades das vítimas de guerra de El Salvador, Nicarágua e Honduras.

Os Estados Unidos forneceu mais dinheiro para acção global respectiva a minas que qualquer outro país (aproximadamente \$173 milhões para eliminação, \$50 milhões para apoio a vítimas e \$63 milhões para pesquisa e desenvolvimento de eliminação de minas). O Canadá é outro doador para acção respectiva a minas (cerca de \$26 milhões).

Pacífico Asiático

Assinatura e ratificação do TPM

Dos trinta e nove países da região do Pacífico Asiático (que se prolonga do Afeganistão no ocidente até as ilhas do Pacífico no oriente), dezoito assinaram o Tratado de Proibição de Minas.

Os signatários são: Austrália, Bangladesh, Brunei, Camboja, Ilhas Cook, Fidji, Indonésia, Japão, Malásia, Maldivas, Ilhas Marshall, Nova Zelândia, Niue, Filipinas, Samoa, Ilhas Salomão, Tailândia e Vanuatu.

Os não-signatários são: Afeganistão, Butão, Birmânia (Myanmar), China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Índia, Kiribati, Laos, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nepal, Paquistão, Papua Nova Guiné, Singapura, Sri Lanka, Tonga, Tuvalu e Vietname.

Dos dezoito signatários, aos 31 de Março, apenas oito haviam ratificado o tratado. Por ordem cronológica, eles são: Niue, Fidji, Samoa, Japão, Tailândia, Austrália, Ilhas Salomão e Nova Zelândia.

Utilização de MAP

Não foram encontradas provas de utilização de minas AP por signatários do tratado. É muito provável que as forças da oposição no Camboja tenham utilizado minas em 1998, mas o governo nega ter utilizado minas AP desde que assinou o tratado.

Dos não-signatários, a utilização continua em regime quase diário na Birmânia, tanto pelo governo militar como por uma diversidade de grupos étnicos armados. O Exército do Sri Lanka e os rebeldes Tigres Tamil (LTTE) continuam a plantar minas antipessoal.

As forças da oposição no Afeganistão reconhecem a continuação de utilização de minas AP, enquanto que existem rumores de utilização recente pelos Taliban.

Produção e Exportação de MAP

Oito dos 16 restantes produtores de minas antipessoal do mundo estão nesta região: Birmânia, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Índia, Paquistão, Singapura e Vietname.

Aqueles que pararam de produzir MAP, ou como resultado do tratado ou por política doméstica, incluem o Japão, as Filipinas, Taiwan e a Tailândia.

Pensa-se que nenhum país da região seja actualmente exportador de minas antipessoal. Os antigos exportadores Paquistão e Singapura têm moratórias de exportação formais, enquanto que os antigos exportadores China e Vietname afirmaram publicamente que não estão actualmente a exportar. Que se saiba, mais nenhum país do Pacífico Asiático exportou no passado, mas é digno de nota que a Índia e a Coreia do Sul anunciaram moratórias de exportação formais. A Birmânia e a Coreia do Norte não possuem quaisquer restrições de exportação.

Armazenamento de MAP

Pensa-se que a China, com uma estimativa de 110 milhões de minas antipessoal, tem o maior armazenamento de MAP do mundo. A Índia, com uma estimativa de 4-5 milhões de MAP, e a Coreia do Sul, com uns 2 milhões de MAP, também têm dos maiores armazenamentos de minas do mundo.

Poucos países desta região começaram a destruir minas antipessoal. As Filipinas terminaram já a destruição das suas minas (2.460 minas Claymore). A Nova Zelândia destruiu o seu pequeno armazenamento de minas em 1996, e já só possui minas Claymore de detonação por comando. O Camboja destruiu umas 72.000 MAP. O Japão está a desenvolver um plano para destruir o milhão de MAP do seu armazenamento.

Pensa-se que todos os países da região possuem armazenamentos menos a Nova Zelândia, as Filipinas, Butão, as Maldivas, Papua Nova Guiné (Claymore apenas), os estados das ilhas do Pacífico e possivelmente o Nepal.

Problemas de Minas Terrestres e Acção Relativa a Minas

O Camboja e o Afeganistão são considerados dos países mais afectados por minas do mundo. No Afeganistão, 146 quilómetros quadrados de terrenos foram desinfestados de minas, mas outros 713 quilómetros quadrados aguardam a eliminação. Os acidentes no Afeganistão calculam-se entre 10 e 12 por dia, cerca de metade do cálculo de 1993. No Camboja, 148 quilómetros quadrados foram limpos; mais 644 quilómetros quadrados estão minados, e suspeita-se que mais 1.400 também o estejam. Houve 1.249 acidentes com minas em 1998, cerca de um terço do cálculo de há vários anos atrás.

A fronteira da China com Vietname foi muito minada, mas ambos os lados têm vindo a efectuar operações de eliminação, e a China afirma ter eliminado as minas de mais de cem quilómetros quadrados de terreno, em 1998 e início de 1999. Na província vietnamita de Quang Tri, a zona mais afectada deste país, está em movimento uma nova operação de eliminação.

A fronteira da Tailândia com o Camboja também está seriamente minada, mas os tailandeses ainda não puseram em movimento um programa de desminagem significativo. Na península Jaffna do Sri Lanka há um grave problema de minas, mas está-se a estabelecer naquele local um programa de levantamento de minas do PDONU.

O Laos continua gravemente infestado com UXO das guerras da Indochina, bem como com minas; os esforços de levantamento estão a aumentar, e foram já desminados 159 hectares de terra em 1997, e 239 hectares em 1998 (em Outubro). A Birmânia tem um problema de minas nas suas fronteiras com a Tailândia e Bangladesh, mas não houve ainda qualquer desminagem sistemática. O Bangladesh, a Malásia, a Índia, o Paquistão, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul têm ligeiros problemas de minas, predominantemente nas zonas fronteiriças.

O Japão e a Austrália são dos maiores doadores de ação respectiva a minas do mundo. O Japão forneceu cerca de \$39 milhões (incluindo \$8,65 milhões só em 1998) e a Austrália cerca de \$23 milhões).

Europa/Ásia Central

Assinatura e ratificação do TPM

Trinta e nove dos cinquenta e três países da Europa/

Ásia Central assinaram o Tratado de Proibição de Minas. Entre elas contam-se quatro desde a conferência inicial sobre a assinatura do tratado, em Dezembro de 1997: a Albânia, a Macedónia (que acedeu), a Ucrânia e a Lituânia.

Os catorze não-signatários são: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Casaquistão, Estónia, Finlândia, Geórgia, RF Jugoslávia, Kyrgyzstan, Látvia, Rússia, Tajiquistão, Turquia, Uzbequistão. É de notar que esta lista contém 11 estados da antiga União Soviética. Todos os membros da União Europeia assinaram, com excepção da Finlândia, toda a NATO menos a Turquia, toda a Europa Central/de Leste menos a RF Jugoslávia.

Apesar das nações da antiga União Soviética hesitarem em assinar, o Turkmenistan fê-lo na conferência de assinatura do tratado, em Dezembro de 1997, e tornou-se no quadragésimo país a ratificar, em Janeiro de 1998. Num desenvolvimento muito importante, a Ucrânia - com 10 milhões de minas antipessoal, o quarto maior arsenal do mundo - assinou em Fevereiro de 1999, tal como a Lituânia, o primeiro estado Báltico.

Dos trinta e nove signatários da região, vinte e quatro ratificaram (por ordem cronológica): Irlanda, Turkmenistan, Santa Sé, São Marino, Suíça, Hungria, Croácia, Dinamarca, Áustria, Andorra, Noruega, França, Alemanha, reino Unido, Bulgária, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Macedónia, Eslovénia, Mónaco, Suécia, Espanha, Portugal e Eslováquia.

Os quinze que *não* ratificaram, são: Albânia, Chipre, República Checa, Grécia, Islândia, Holanda, Itália, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldova, Polónia, Roménia e Ucrânia. A Grécia fez uma declaração formal aquando da assinatura, dizendo que a ratificação terá lugar "assim que as condições relativas à implementação de medidas relevantes [do tratado] forem alcançadas." A Lituânia fez uma declaração quase idêntica.

A Polónia afirmou que não implementará o tratado até que ele se torne "verdadeiramente universal, com a participação de todas as potências," e a Polónia encontrou alternativas às MAP.

Utilização de MAP

No período entre Dezembro de 1997 até início de 1999, parece que forma plantadas novas minas antipessoal na RF Jugoslávia e em Kosovo pelas tropas jugoslavas e pelo Exército de Libertação de Kosovo, na Turquia pelo governo e por separatistas curdos (PKK), e na Abkhazia por partidários geórgicos. Houve também alegações frequentes acerca da utilização pelos partidários de Abkhazian na Geórgia, e por rebeldes em Tajiquistão. Nenhum destes sucedidos envolveu signatários do tratado.

Produção e Exportação de MAP

Como resultado da assinatura do tratado, ou de política doméstica, vinte e três países nesta região pararam de fabricar minas antipessoal: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bósnia, Bulgária,

Croácia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia, Suíça. (A Bielorrússia, o Chipre e a Ucrânia foram acusados por alguns de serem produtores, mas negam produção passada ou actual). O Landmine Monitor Report 1999 é o primeiro a revelar pormenores do papel passado da Albânia na produção de minas. A Rússia, a Turquia e a Jugoslávia continuam a ser os únicos produtores da região. A Rússia anunciou uma paragem na produção de minas antipessoal "blast" em 1998. Segundo algumas fontes jugoslavas, não existe produção de MAP naquele país há vários anos.

Não se pensa que algum país desta região pratique actualmente a exportação de minas antipessoal. O Landmine Monitor identificou dezoito países da região como antigos exportadores; dezasseis assinaram o tratado, a Rússia tem uma moratória formal na exportação de minas não-detectáveis e não-autodestruidoras, e a Jugoslávia declarou publicamente que já não exporta MAP.

Armazenamento de MAP

É provável que haja mais de 100 milhões de minas antipessoal armazenadas nesta região, com a Rússia detém umas 60-70 milhões, e a Bielorrússia milhões, possivelmente dezenas de milhões de MAP. Também é provável que o armazenamento da Jugoslávia seja muito grande, mas não se conhece o número. A Finlândia também indicou ter menos de um milhão de MAP em armazenamento.

Desde o início de 1999, pensa-se que os maiores armazenamentos pertencentes a signatários do tratado são os da Ucrânia (10 milhões), Itália (7 milhões), Suécia (3 milhões), Albânia (2 milhões), Reino Unido (850.000), França (650.000) e Espanha (595.000). Para cada um dos casos, a destruição está a acontecer, ou em fase de planificação, exceptuando a Albânia. Também se pensa que a Grécia tenha um armazenamento significativo de minas, sem planos de destruição até a data.

Mas têm-se destruído milhões de minas nos últimos anos, como na Suíça (3 milhões), Alemanha (1,7 milhões), França (750.000), Bélgica (430.000), Reino Unido (430.000), Suécia (315.000), Holanda (255.000), Espanha (cerca de 225.000), Dinamarca (cerca de 200.000) e Ucrânia (101.000). Ademais, a Rússia destruiu 500.000 MAP que não estavam em conformidade com a revisão do protocolo de minas da CAC.

A Alemanha, a Áustria, a Bélgica, o Luxemburgo, a Noruega e a Suíça completaram já a destruição do seu armazenamento de minas antipessoal operacionais. Pelo menos mais dezasseis países destruíram algumas MAP.

Problemas de Minas Terrestres e Acção Relativa a Minas

Existem graves problemas de minas na Bósnia e na Croácia, bem como na Chechnya (Rússia), Abkhazia (Geórgia) e Nagorny-Karabakh (Azerbaijan). Outros países afectados são a Albânia, a Arménia, a Bulgária, o Chipre, a Grécia, Kyrgyzstan, Moldova, Eslovénia, Tadjiquistão, Turquia e Jugoslávia. Estão encaminhados programas de levantamento humanitário de minas de grande escala para a Bósnia e a Croácia.

Ademais, uma série de países da região ainda está a sofrer de minas e bombas por explodir da Segunda Guerra Mundial, notavelmente a Bielorrússia, a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Látvia, a Lituânia, o Luxemburgo, a Polónia, a Rússia, e a Ucrânia. Nalguns casos, milhares de minas e bombas por explodir são levantadas anualmente.

Onze dos principais quinze doadores de acção respectiva a minas são desta região, incluindo a Noruega, o Reino Unido, a Suécia, a Alemanha, a Dinamarca, a Holanda, a França, a Suíça, a Finlândia, a Bélgica, e a CE. Em conjunto, as contribuições remontam a mais de \$555 milhões.

Médio Oriente/África do Norte

Assinatura e ratificação do TPM

Cinco dos dezoito países da região assinaram o Tratado de Proibição de Minas: Líbano, Qatar, Argélia, a Tunísia, durante a conferência de assinatura em Dezembro de 1997, e a Jordânia a 11 de Agosto de 1999. O Líbano (Setembro de 1998), Qatar (Outubro de 1998) e a Jordânia (Novembro de 1998) também ratificaram. A Tunísia fez passar legislação de ratificação em Outubro de 1998, mas ainda não a depositou oficialmente junto das Nações Unidas. O Líbano tem uma lei doméstica de proibição, mas não se sabe se ela constitui legislação de implementação do tratado. Aqueles que não assinaram o tratado incluem: Bahrain, Egito, Irão, Iraque, Israel, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Oman, Arábia Saudita, Síria e Emiratos Árabes Unidos. Com base em declarações políticas, actos e votos na ONU, os governos mais opostos ao Tratado de Proibição de Minas são o Egito, o Irão, o Iraque, Israel, a Líbia, Marrocos e a Síria.

Utilização de MAP

Apesar das minas antipessoal terem sido muito utilizadas por toda a região, há confirmação de novas utilizações em 1998 e no início de 1999 apenas no Líbano do sul, ocupado por Israel, onde as MAP foram plantadas tanto pelas forças israelitas como por intervenientes não-estatais, particularmente o Hezbollah.

Produção e Exportação de MAP

Quatro países da zona - Egito, Irão, Iraque e Israel - identificam-se tanto como produtores e exportadores de minas antipessoal. Israel disse que pelo menos desde Dezembro de 1997 que já não produz minas antipessoal. Israel tem um a moratória de exportação formal, e o Egito e o Irão declararam que já não exportam minas antipessoal. O Iraque é agora o único país do mundo que se sabe ter exportado MAP no passado que não declarou um fim à exportação.

Armazenamento de MAP

Há três países na região que aparentemente não possuem armazenamentos de MAP: o Kuwait, o Qatar e os Emiratos Árabes Unidos. Não é sabido se o Bahrain tem um armazenamento. O Líbano aparenta ser o único país que começou a destruir as MAP, destruindo 42.000 em 1998.

Nem um só país da região divulgou detalhes acerca do total de MAP armazenadas. É provável que o Egito, o Irão, o Iraque, Israel e Síria tenham os maiores armazenamentos de MAP.

Problemas de Minas Terrestres e Acção Relativa a Minas todos os países da região têm alguns problemas de minas terrestres, excepto Bahrain, Qatar, Arábia Saudita, e os Emiratos Árabes Unidos. Uma operação extensa de desminação está a ser efectuada no Curdistão iraquiano. Outros países afectados onde ocorre o levantamento de minas, por vezes sistematicamente, outras esporadicamente, são o Egito, o Irão, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Tunísia e o Líbano. Na maioria destes países, a desminação é efectuada pelas forças armadas.